

ACTA Nº 25
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2005

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 23, da sessão de 25 de Abril de 2005.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº. 24, da sessão de 29 de Abril de 2005.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Instalação de Serviços da Assembleia Municipal - Projecto de Programa Preliminar.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apresentação do Relatório da Comissão para acompanhamento da exposição apresentada pelos moradores da Avenida Quinta da Prata.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal - mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Jerónimo Cavaco, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Ivone Espiguinha, António Andrade, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, José António Carapeto Dias, António José Barroso Paixão e António Anselmo. Registaram-se as ausências dos membros Joaquim Miguel Bilro Manguinhas que justificou a sua falta (Anexo 1), Filipa Almeida e Diogo Sapatinha.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos iniciar a agenda de trabalhos, começando pelo Período de Antes da Ordem do Dia. Um ponto um (1.1): "Leitura de expediente".

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O membro António Proença : Boa noite a todos. Em termos de Expediente, toda a matéria que foi efectivamente, como é habitual, considerada relevante foi entregue a todos os senhores deputados (anexo 2 e anexo 3). Toda a outra encontra-se nos dossiers presentes aqui na Mesa para efeitos de consulta para quem quiser consultar. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Como não há interessados na consulta, passávamos ao ponto um, dois (1.2): "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia"

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pergunto se alguém está interessado em usar da palavra. António Andrade, faz favor.

O Membro António Andrade : Senhor Presidente, é para ler aqui um, um voto de pesar, se me dá licença.

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor.

O Membro António Andrade : "Assembleia Municipal de Borba. Coligação Democrática Unitária - CDU, voto de pesar: No passado dia treze de Junho (13/JUN) morreu Eugénio de Andrade, pseudónimo literário de José Fontinhas que nasceu em mil novecentos e vinte e três (1923) em Póvoa da Atalaia, no concelho do Fundão, na Beira Baixa. Viveu em Lisboa e em Coimbra. Em mil novecentos e quarenta e seis (1946) regressou a Lisboa, ingressando nos quadros dos serviços médico-sociais. Em mil novecentos e cinquenta (1950) foi transferido para o Porto onde fixou residência. Autor de uma vasta obra poética traduzida no estrangeiro, Eugénio de Andrade é igualmente responsável por algumas traduções para Português e de várias antologias poéticas, como aquela que dedicou ao Porto: Daqui houve nome Portugal, mil novecentos e sessenta e oito (1968); a cidade presente na sua vida e na sua obra. Entre outros prémios, recebeu o grande prémio de poesia da Associação Portuguesa de Escritores pelo livro "O outro nome da Terra", publicado em mil novecentos e noventa e oito (1988). Em mil novecentos e noventa (1990) foi criada a Fundação Eugénio de Andrade no Porto. Em dois mil e um (2001) o poeta foi distinguido com o Prémio Camões. Com o seu desaparecimento, também a poesia portuguesa ficou mais pobre. Fique-nos a sua obra para o presente e para o futuro. O seu contributo para uma sociedade mais culta. Os eleitos da Assembleia Municipal de Borba aprovam um voto de pesar e tomam pública esta decisão. Borba, vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco (24/JUN/2005)" (Anexo 4).

O Presidente da Assembleia Municipal: Sim senhor. Muito obrigado. Faz favor de entregar à Mesa para ser junta à acta. Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes : Senhor Presidente, eu tenho também mais dois votos de pesar. Posso ler?

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor.

O Membro Moura Lopes : Obrigado. "Voto de pesar pelo falecimento do General Vasco Gonçalves: Aos oitenta e três (83) anos morreu o General Vasco Gonçalves. Militar de Abril, ficou por essa via ligado de forma indelével a esse acontecimento maior da história do nosso país que foi o derrubamento da Ditadura Fascista e a instauração da Liberdade e da Democracia em vinte e cinco de Abril de setenta e quatro (25/ABR/74) e a obra colectiva que foi a Revolução dos Cravos. O General Vasco Gonçalves desempenhou as mais altas responsabilidades na preparação e concretização da Revolução de Abril. Sendo Coronel, foi o mais graduado dos militares que integraram as estruturas do Movimento das Forças Armadas antes de Abril de setenta e quatro (ABR/74), tendo pertencido à sua Comissão Coordenadora, integrou ainda a Comissão da Redacção do Programa do MFA. O General Vasco Gonçalves sempre afirmou ter sido a sua adesão ao MFA ditada por um grande sentido de responsabilidade, por uma profunda aversão à Ditadura Fascista e pelos objectivos que o movimento se propunha realizar. Após o 25 de Abril, foi membro do Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro dos segundos (2.º), terceiros (3.º), quarto (4.º) e quintos (5.º) Governos Provisórios. Homem de causas e convicções, generoso, de grande honestidade e desprovido de ambições pessoais, o General Vasco Gonçalves pautou a sua acção como cidadão, como militar e como estadista pelos seus ideais e por aquilo que acreditava. Por aquilo que acreditava corresponder às necessidades do país e à construção de um Portugal democrático, próspero e soberano. A Assembleia Municipal de Borba manifesta o seu pesar pelo falecimento do General Vasco Gonçalves e apresenta à sua família as mais sentidas condolências. Borba, vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco (24/JUN/2005)". (Anexo 5) "Voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Cunhal: (Anexo 6) Álvaro Cunhal faleceu no dia treze de Junho de dois mil e cinco (13/JUN/2005) aos noventa e um (91) anos de idade. Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra em mil novecentos e treze (1913), sendo membro do Partido Comunista Português desde mil novecentos e trinta e um (1931). Iniciou a sua actividade política enquanto estudante da Faculdade de Direito de Lisboa. Participou num movimento associativo e foi eleito, em mil novecentos e trinta e quatro (1934), representante dos estudantes do Senado Universitário. Militou na Federação da Juventude Comunista Portuguesa de que foi eleito Secretário-Geral em mil novecentos e trinta e cinco (1935). Foi nesse ano que passou à clandestinidade, participando, nessa condição, no IV Congresso da Internacional Juvenil Comunista em Moscovo. Álvaro Cunhal foi preso em

mil novecentos e trinta e sete (1937) e em mil novecentos e quarenta (1940), sendo submetido a torturas. Libertado após alguns meses de prisão, retomou de imediato a sua luta contra o Regime Fascista. Participou na reorganização do PCP em quarenta / quarenta e um (40/41) e, vivendo de novo a clandestinidade, integrou o secretariado deste Partido de quarenta e dois (42) a quarenta e nove (49). Sendo novamente preso em mil novecentos e quarenta e nove (1949), fez, no Tribunal Fascista que o julgou, uma severa acusação à Ditadura Fascista e uma defesa da política do PCP, foi condenado, tendo então permanecido onze (11) anos na prisão, dos quais quase oito (08) em completo isolamento. Em três de Janeiro de sessenta (03/JAN/60), evadiu-se com um grupo de destacados militantes comunistas da Prisão-Fortaleza de Peniche. Sendo de novo chamado ao Secretariado do Comité Central do PCP, foi eleito Secretário-Geral em mil novecentos e sessenta e um (1961). Entretanto, participou no plano internacional em múltiplos encontros, congressos e conferências, designadamente de Partidos Comunistas e outras forças políticas. Depois do derrubamento da Ditadura Fascista em vinte cinco de Abril de setenta e quatro (25/ABR/74), foi Ministro sem pasta do primeiro (1.º), segundo (2.º), terceiro (3.º) e quarto (4.º) Governos Provisórios e é eleito deputado da Assembleia da República em setenta e seis (76), setenta e nove (79), oitenta (80), oitenta e três (83), oitenta e cinco (85) e oitenta e sete (87) foi membro do Conselho de Estado. Em mil novecentos e noventa e dois (1992), no XIV Congresso do PCP deixou de ser Secretário-Geral do PCP. Sendo eleito, então, Presidente do Conselho Nacional deste Partido, mantendo-se no seu Comité Central até à sua morte. Álvaro Cunhal foi, ao mesmo tempo, autor de vasta obra, seja no campo político e ideológico, seja no campo literário - nomeadamente com o pseudónimo Manuel Tiago - quer no plano das Artes Plásticas. Álvaro Cunhal dedicou toda a sua vida ao ideal e projecto comunista, mantendo um compromisso e dedicação sem limites aos interesses dos trabalhadores e do povo português, e à soberania e independência do seu país. Servindo com o seu Partido e sempre o PCP, ao longo de mais de setenta e quatro (74) anos de acção e intervenção política, assumiu um papel principal na história portuguesa do século XX, na resistência anti-fascista na luta pela Liberdade e pela Democracia, nas transformações da Revolução de Abril e na defesa de uma sociedade mais justa. Álvaro Cunhal revelou durante toda a sua vida, mesmo sendo sujeito às maiores provações, a mais de doze (12) anos de prisão, a bárbaras torturas e a duras condições da vida clandestina, qualidades excepcionais como militante, comunista e como ser humano. Com o falecimento de Álvaro Cunhal, desapareceu um dos mais consequentes e abnegados protagonistas da vida política nacional, que representa para muitos portugueses um exemplo de convicção e combatividade na luta pelos seus ideais. A Assembleia Municipal de Borba manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Álvaro Cunhal, endereçando à sua família e ao Partido Comunista sentidas condolências. Borba, vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco (24/JUN/2005).

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, estes votos de pesar serão anexados à acta. Sobre ainda estes falecimentos - eu, de facto, não era muito dado a conhecer o poeta Eugénio de Andrade - mas já sabia que isto não vinha muito ao encontro da minha forma de ser, apresentado sob formas de votos de pesar e eu escrevi aqui, agora, enquanto foram lidos os votos de pesar, duas (02) moções (Anexo 7 e 8). Não falei com ninguém da Assembleia, portanto, fiz agora mesmo. Não tive ocasião de dialogar com ninguém e vou ler: "Moção - Faleceu recentemente o General Vasco Gonçalves; ilustre militar com uma vida inteira dedicada à sua pátria, no desempenho de diversas missões, das quais se destacam as de natureza política porque foram essas que o tornaram conhecido de todos os portugueses. Ligado ao Movimento dos Capitães desde a sua génese, veio posteriormente a participar nos órgãos político-militares que dirigiram a Revolução de Abril onde se destacou pela coerência e firmeza das suas posições na defesa da Democracia. Mais tarde, como Primeiro-Ministro de diversos Governos nos anos de setenta e quatro (74) e setenta e cinco (75), desenvolveu e consolidou uma forte actividade revolucionária, consubstanciada nas chamadas Conquistas de Abril. Sempre, sempre ao lado das camadas mais desfavorecidas do povo Português, tudo fez para que a Revolução de Abril tomasse o rumo de uma verdadeira revolução socialista porque esses eram os seus sentimentos morais e políticos. Injustamente tratado como sendo o mal e o culpado de todos os erros políticos do período em que governou, foi, de facto, um grande patriota. Neste momento de tristeza para a sua família, para os seus amigos, e para os seus camaradas militares (não está aqui escrito, mas é para se saber que "camaradas", na Tropa, é como tratam as pessoas) "e para todos aqueles que sentiram e choraram as lágrimas mais amargas da sua morte, as suas maiores condecorações. A Assembleia Municipal de Borba, reunida em sessão ordinária nos

Paços do Município, dirige-se com humildade ao General Vasco Gonçalves para lhe dizer, com coragem: "Até sempre, General Vasco Gonçalves". Borba, vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco (24/JUN/2005)". E ponho esta moção à discussão. Se alguém quiser falar, faz favor. Como ninguém quer falar, vamos votar a moção, não é? Quem vota a favor da moção, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra a moção? Quem se abstém? A moção está aprovada por unanimidade. Tinha uma segunda moção: "Faleceu recentemente o Doutor Álvaro Cunhal, ilustre cidadão do mundo e uma das maiores figuras políticas do século XX em Portugal. Tendo dedicado quase toda a sua vida, de mais de noventa (90) anos, ao ideal Comunista e à defesa intransigente dos interesses da classe operária e dos trabalhadores em geral, dirigiu, com outros camaradas, a reforma e reorganização do Partido Comunista Português, colocando-o na primeira linha dos Partidos Europeus. Durante a sua vida foi preso, humilhado e torturado pela máquina político-policial do Regime Fascista, constituindo a sua vida uma lenda brilhante dessa noite negra. Foi um homem de grande verticalidade, honestidade e coragem, e foi também um grande artista, demonstrando enorme sensibilidade para a componente simples e boa da vida. Neste momento de tristeza para a sua família, para os seus amigos e para todos aqueles a quem dedicou toda a sua vida, numa luta permanente e intransigente, a Assembleia Municipal de Borba, reunida em sessão ordinária nos Paços do Município, dirige-se com humildade ao Doutor Álvaro Cunhal para lhe dizer com coragem: "Até sempre, camarada Álvaro Cunhal"". Quem quer pronunciar-se sobre esta moção, faz favor de levantar o braço. Ninguém quer, então vamos votar a moção. Quem vota a favor da moção, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovado por unanimidade. Passamos seguidamente ao ponto número dois (02): "Período para Intervenção do público".

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do público quer falar? Senhor arquitecto Paixão, favor de falar.

O Arquitecto Paixão: Boa noite a todos. Mais uma vez, eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se tem mais alguma coisa a dizer relativamente àquele assunto que nos tem trazido cá já algumas vezes. Sabemos que aquela zona onde, inicialmente, estaria prevista a instalação daquelas famílias de etnia cigana está agora a ser estudada, no sentido de ser feito lá um apoio qualquer a uma ecopista - penso eu - com a qual eu também discordo um bocadinho por uma razão simples, é que não faz sentido fazer zonas de apoio a ecopistas para além de uma estrada e, se calhar, faria mais sentido fazê-la nos terrenos contíguos mesmo à linha de caminho-de-ferro, portanto, para evitar ter que se atravessar a estrada para se, pronto, fazer esse tipo de apoio. Penso que já, já houve uma reunião qualquer da Comissão da Reserva Ecológica no sentido de, se calhar, viabilizar a retirada daquele bocadinho de terreno da Reserva Ecológica e gostaria que o senhor Presidente nos dissesse se, de facto, isso aconteceu, se vai acontecer, se está previsto acontecer e se, de facto, a retirada daquela, daquele bocadinho de terreno da Reserva Ecológica é, de facto, para fazer ali uma zona de apoio à tal ecopista ou se, de facto, é para conseguir lá pôr, portanto, as tais vinte e duas (22) famílias de etnia cigana. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Mais alguém do público quer falar? Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara: Boa noite, boa noite a todos. Relativamente aquela situação do terreno que, que está contíguo à estrada das Cortes, de acordo com o PDM, é uma área que vai servir de apoio à ecopista. Relativamente à situação, à mudança da população de etnia cigana, está a ser tratado pela Santa Casa da Misericórdia em conjunto com os técnicos da Câmara e, portanto, não tenho mais nada a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, mais algum assunto por parte do público? Não há; assamos ao ponto três (03): "Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 23, da sessão de 25 de Abril de 2005.

O Presidente da Assembleia Municipal: Análise Conducente à Aprovação da Acta número vinte e três (n.º23) da sessão de vinte e cinco de Abril de dois mil e cinco (25/ABR/2005)". Alguém se quer pronunciar sobre a acta? Faz favor. A acta foi distribuída na sessão anterior. Como ninguém se quer pronunciar, vamos passar à votação da acta. Quem vota, quem vota pela aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço, quem se abstém? Portanto, foi aprovado por maioria com duas (02) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta n.º. 24, da sessão de 29 de Abril de 2005.

O Presidente da Assembleia Municipal: Análise conducente à aprovação da acta n.º. 24, da sessão de 29 de Abril de 2005. Se têm disponível aí a vossa acta, podem verificar a página número treze (pag.13), onde é referido pelo Membro Luís Nascimento a entrega de uma declaração de voto que está anexa, como anexo número seis (06) e, nessa altura, referi, posteriormente à entrega da declaração de voto: "A declaração de voto está recebida e, uma vez que se refere a vários decretos-leis, reserva-se a Mesa o direito de estudar o assunto". A Mesa analisou essa declaração de voto e produziu um documento (anexo 9), sob a forma de proposta que eu vou distribuir aos Membros para depois a podermos discutir. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre ela.- Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Ora boa noite a todos. Ó senhor Presidente, confesso que li com dificuldade - se é que se possa dizer que li a proposta - porque não tenho os óculos que normalmente utilizo e, de facto, vejo isto muito difuso. Mas, daquilo que consegui daqui descortinar, tenho dois comentários a fazer. Um deles é que de facto, a Lei - quer a cinco (5-A) como a cento e sessenta e nove (169) têm fugas e cada um lê a Lei ou interpreta ou leva a Lei para a leitura que mais lhe convém; por isso é que há bons e maus advogados, não é? Com a mesma Lei, têm leituras diferentes e há uns que ganham causas e há outros que perdem causas, pronto. A leitura que nós fazemos é que, de facto, é aquela que está consubstanciada na moção que apresentámos e que, de facto, há irregularidades na forma de elaboração das actas. O outro comentário é que, de facto, é aqui escrito que o Plenário - já na parte final da alínea d) do primeiro ponto; aliás, a meio no penúltimo parágrafo - diz que o Plenário não recusou a recepção do documento para discussão. Isto é, não recusou, nem aceitou. É que o documento, este documento que é o Plano de Financiamento nem sequer foi posta à consideração pelo Plenário. Quer dizer, não aprovou; quer dizer, não reprovou, mas também não aceitou, não é? E o que é facto é que este documento entrou na Assembleia Municipal sem cumprir aquele prazo das quarenta e oito horas (48h) antes do início da sessão, pronto. Posto isto, nós mantemos, de facto, a nossa posição e não concordamos, de facto, com a conclusão final desta proposta que é apresentada. Era só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Portanto, eu a proposta. "A Assembleia Municipal de Borba reunida em sessão ordinária no dia vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco (24/JUN/2005) considera que todas as actas foram bem elaboradas desde o início do mandato não contêm as irregularidades apontadas pelos membros do CDU na anterior sessão do Plenário, tendo seguido procedimentos legais, regulares e correctos" e passava, em seguida, à votação. Quem vota em favor da proposta apresentada pela mesa, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? Portanto, a proposta está aprovada com três (03) votos contra. Seguidamente, passávamos à votação da acta. Aprovada por maioria, com três votos contra e duas abstenções.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Instalação de Serviços da Assembleia Municipal - Projecto de Programa Preliminar.

O Presidente da Assembleia Municipal: "Instalação de Serviços da Assembleia Municipal - Projecto de Programa Preliminar". Em nome da Mesa, eu passaria a fazer uma breve apresentação deste documento (anexo 10). Como os senhores se recordam, a Assembleia Municipal funcionou até à actual Legislatura Camarária em condições muito deficientes e, logo que este Executivo tomou posse, a Câmara facultou à Assembleia Municipal umas instalações minimamente dignas para se poder trabalhar como Gabinete de Apoio e para se poder trabalhar aqui no Plenário com a aquisição do mobiliário e também para permitir,

no Gabinete de Apoio, receber algumas pessoas da população que ali se dirigem para apresentar os seus problemas. No entanto, a Mesa da Assembleia considera que não estão reunidas as condições ideais de funcionamento de um verdadeiro Gabinete de Apoio e de uma verdadeira sala para reunião do Plenário e, daí, elaborou esse documento que, fundamentalmente, é um documento que se refere às características e aos requisitos técnicos a que devem satisfazer essas futuras instalações. Como nota final desse documento, a Mesa da Assembleia Municipal considera que compete aos Membros, aos seus Membros aqui presentes e aos ausentes analisar, criticar e contribuir para aperfeiçoar a proposta agora apresentada ou recusá-la e que, posteriormente, será o Executivo Municipal a receber esta proposta, se ela vier a ser aprovada, alterada ou como está. Porque se considera importante a continuação do aperfeiçoamento da Democracia neste Município, a concretização desta ideia, expressa neste documento, considera-se igualmente importante. Quer isto dizer: o órgão Assembleia Municipal em Borba tem sido sistematicamente escondido e é preciso pô-lo no seu devido lugar. Para isso, é preciso que ele tenha condições de funcionamento. Esta sala não é própria: toda a gente sabe que, quando faz calor, está tudo aflito; quando está frio, continuam as pessoas aflitas; as pessoas não estão colocadas numa posição favorável ao debate; o público não tem instalações condignas para estar instalado; a mesa é este monstro e, no fim de contas, isto é um espaço que é o Salão Nobre dos Paços do Município e que não devia ser sequer utilizado para este efeito, mas sim para efeitos nobres, em dias importantes para o Município de Borba. O que é que se propõe? Propõe-se que no âmbito da obtenção de um espaço multiusos, se criem condições para que a Assembleia Municipal possa funcionar. Poderão ser criadas condições nesses espaços multiusos ou no cinema, uma vez recuperado. Não sei. Poderão ser encontradas soluções; estão aí os requisitos definidos pela Mesa que serão ou não aprovados aqui por esta Assembleia e depois compete à Câmara Municipal analisar a situação. Por outro lado, o Gabinete de Apoio deveria complementar-se com a parte que apoia os Partidos ou as Forças Políticas todas que estão representadas na Assembleia e, naqueles dois compartimentos contíguos e quase comuns, não se consegue fazer esse trabalho. Portanto, o que é que se pedia? Um pequeno espaço que pode ser partilhado com outros fins e esse espaço dispor de três (03) ou quatro (04) pequenos gabinetes que permitam o trabalho dos Membros que assim o entenderem, para desenvolver a sua actividade como Membros ou Grupos da Assembleia Municipal. É isto. Pergunto se alguém se quer pronunciar; se alguém quer participar, etc.

O Membro Luís Nascimento: Eu concordo, de facto, com aquilo que o senhor Presidente diz. Agora; porque, de facto, esta Assembleia, a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município de Borba, não é? E como tal tem várias competências, várias funções que deve desempenhar e desempenhar com dignidade, por assim dizer, não é? Agora, de facto, também digo sinceramente, esperava que o senhor Presidente tivesse apresentado esta proposta - ou uma semelhante - mais cedo, tendo em conta, de facto, a primeira intervenção que faz quando toma posse como Presidente da Assembleia Municipal. Praticamente; estamos na penúltima sessão, suponhamos que estamos na penúltima sessão deste mandato, de facto, foi preciso quase percorrer todo o mandato para apresentar uma proposta. A dificuldade pode ser, de facto, procurar os espaços que possam acolher condignamente esta Assembleia. Eu tive a felicidade - posso assim dizer - de ter passado um mandato na Assembleia Municipal de Lisboa e precisamente um mandato em que se votou e aprovou a aquisição do Cinema Roma para instalar a Assembleia Municipal de Lisboa. Como deve calcular, a discussão foi uma discussão bastante profunda, bastante profícua - não é? - porque punha-se, de facto, em debate que mobiliário; como é que vão ficar arrumados; mas isto é cinema; mas dá para a Assembleia. Como é que vamos fazer? Pronto, mas conseguiram-se, de facto, encontrar soluções de mobiliário - não é? - que contemplam aquele Cinema Roma agora como uma sala de espectáculos e para debates e para iniciativas de outro tipo: fóruns de debate, etc., mas também para receber a Assembleia Municipal condignamente, com mesas próprias, espaçosas, onde se pode, de facto, trabalhar à vontade. Naturalmente que uma das falhas que há aqui assim em Borba serão os gabinetes de trabalho para as diversas Forças Políticas, numa ligação mais estreita com o Presidente da Assembleia e penso que todos agora, quando querem de trabalhar, têm que recorrer às suas Sedes Partidárias ou de Coligação para poderem trabalhar. Pronto, eu digo sinceramente, de facto, estou de acordo com essa proposta; gostava também que essa proposta tivesse já visualizado o futuro espaço ou apresentasse uma proposta ou duas de espaço para se poder instalar esta Assembleia, até para nós aqui assim, no final deste mandato, podermos, de facto, estar mais encaminhados, mais orientados naquilo que será uma Assembleia Municipal futura em Borba. Era isto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar? Como resposta ao doutor Nascimento, o que é que eu direi? Que este documento é entregue à Câmara Municipal, é o órgão executivo, irá analisar; isto tem componente financeira, tem um PPI, tem essas coisas todas e, portanto, nós aguardaremos pela resposta ou pela análise e depois falaremos, continuaremos a falar sobre este assunto; com certeza que essas sugestões são todas positivas e outras soluções também haverá noutros, noutros locais. Sobre a oportunidade de ser agora e não ser antes, pronto, eu acredito que "se nunca é tarde para amar", também nunca é tarde para trabalhar.

O Presidente da Câmara: Senhor Presidente, se me permite, eu gostaria de dizer apenas uma ou duas coisas sobre este assunto. Uma: dizer que eu suponho que a Assembleia Municipal de Borba; e o tal desempenho com dignidade das funções para que foi criada vem felizmente desde o vinte e cinco 25 de Abril e já lá vão muitos anos, só agora é que aparece uma proposta neste sentido. Quero eu dizer o quê? Quero eu dizer que foi preciso haver mudança de Força Política a nortear os destinos do concelho para se reconhecer que, afinal, a Assembleia tem dignidade. Parece que, pelo menos, eu fui daqueles que sempre reclamei umas instalações mais dignas enquanto fui Presidente da Assembleia Municipal; nunca ninguém ouviu os meus pedidos; aliás, já agora, se me permitem o desabafo, nem sequer tive direito a funcionários a tempo inteiro para a Assembleia, como pedi. Portanto, é com algum agrado que ouço agora a Bancada da CDU dizer que, de facto, a Assembleia tem que ter, tem que funcionar com dignidade. Registo, concordo, mas também concordo que já há muito mais tempo se deveria ter reconhecido isto. Relativamente ao Programa Preliminar agora proposto, dizer que Borba, de facto, tem, é capaz de ter algumas possibilidades de partilhar alguns espaços que possam dar esta dignidade às instalações da Assembleia Municipal; mas, já agora, só um pequeno reparo e a propósito de se dizer que há várias falhas em Borba; suponho que foi o doutor Luís Nascimento que disse que há várias falhas ao nível de participação dos Grupos e dos Partidos Políticos, é bom que nós reconheçamos que, além destas falhas, para a Assembleia Municipal funcionar, há muitas mais falhas. Não temos piscinas, não temos, não tínhamos Cine-Teatro, não temos um pavilhão de eventos, não temos um campo de feiras, não temos, não temos muita coisa. O dinheiro não estica, a época é de crise, mas suponho que, para este ano, é impossível, mas num próximo mandato, a Força Política que esteja à frente dos destinos desta Autarquia terá possibilidades - partindo deste pressuposto - hipóteses para dar a tal dignidade que parece que só passou a ter dignidade após passarem estes anos todos do 25 de Abril de 74. Muito Obrigado.

O Membro Moura Lopes: O senhor Presidente da Câmara disse, fez uma afirmação e desdisse logo a seguir. Portanto, entrou em contradição, mas ainda bem que entrou em contradição porque fugiu-lhe a boca para a verdade. Os Executivos Camarários têm as suas prioridades no tempo e, de tempos a tempos, algumas prioridades alteram-se, vão sendo resolvidas e vão-se criando outras necessidades. Portanto, mau era, mau era que, digamos, este Executivo não apresentasse sequer propostas e eu aqui queria felicitar o senhor Presidente da Assembleia porque está já a dar trabalho para os próximos anos à CDU porque quem vai fazer isso é a CDU. Disse.

O Membro Luís Nascimento: Eu creio que o senhor Presidente entendeu mal as minhas palavras. Creio não, tenho a certeza.

Presidente da Assembleia Municipal: Qual Presidente? Eu?

Luís Manuel do Nascimento: Não, não. O senhor Presidente da Câmara. Ele é que me respondeu. Porque esta Assembleia sempre trabalhou em dignidade, como é evidente. Sim senhor; não tenha dúvida disso, senhor Presidente. Só se foi no seu tempo como Presidente da Assembleia Municipal, não é? Agora, nunca teve foi instalações ou, aliás, as instalações que tem; não é desde o 25 de Abril porque, se calhar, logo a seguir ao vinte e cinco 25 de Abril, as instalações que tinha eram suficientes para trabalhar, mas efectivamente o Poder Local tem evoluído e agora chegamos à conclusão - agora não, mas se calhar há alguns anos atrás - que, de facto - que este espaço não é suficiente para acolher esta Assembleia, o espaço para acolher a Assembleia condignamente, o espaço - não é a Assembleia, é o espaço, não é? - e não só os eleitos, mas também a população que quer assistir às Assembleias Municipais. Se calhar, por o espaço não ser digno para os acolher, é que nós vemos, a maior parte das vezes, esta Assembleia vazia de

público. Portanto, pode ser uma razão, mas pode não ser. Pode, pode haver outras razões, não é? Mas pode ser uma das razões. Daí que, de facto, a dignidade desta Assembleia, não é em relação ao seu funcionamento, é em relação ao espaço que neste momento a está a acolher, que é uma questão perfeitamente diferente.

Carlos Manuel de Almeida Cabral : Muito boa noite. Obrigado. Eu estava de acordo com este Programa Preliminar, quer dizer, em princípio era uma primeira aproximação para trabalhar mas, como a CDU é que vai fazer isto, eu gostaria de fazer uns acrescentos ao Programa Preliminar, que era considerar a questão, uma sala de estar, uma sala de fumo também os gabinetes, serem, quer dizer, dignamente equipados para a gente trabalhar e a CDU, quer dizer, como vai fazer isto já a partir de Outubro, em nove de Outubro (09/OUT), parece que estão marcadas as eleições, podia até já dar o prazo para a realização desta obra. Quer dizer, para aí em Dezembro, em Janeiro, no princípio do outro ano, a Assembleia Municipal já com um projecto alindado agora por estas minhas indicações e pelo desejo do Moura Lopes, quer dizer, que seja rápida a realizar. Só isto.

Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, senhor Presidente. Só mesmo para terminar e porque eu gosto destas coisas depois dizem que eu me rio, tenho de me rir - não é? - porque isto dá-me, dá-me graça. Quando se diz que a Assembleia sempre funcionou com dignidade, efectivamente, funcionou e não funcionou com mais eu nem sequer quero fazer um balanço do mandato porque não vale a pena. Do meu mandato, enquanto Presidente da Assembleia e falar do passado, não gosto muito, mas por acaso o doutor Luís Nascimento até cá estava e até tinha aí um cargo de adjunto ou assessor do senhor Presidente da Câmara e, portanto, é testemunha de que, da forma como aquele Presidente da Assembleia daquela altura foi tratado. Não vale a pena "chover no molhado", mas é claro para toda a gente que foi muito maltratado, muito maltratado. Dizer, para terminar que sonhar é fácil, mas Borba não pode parar e, como tal, a CDU não pode ganhar. E já para terminar mesmo dizer que, dizer que a Assembleia realmente precisa de instalações, mas não é só a Assembleia. Eu penso que a Câmara Municipal também não tem condições, não tem condições de funcionamento. Aliás, esta obra que está a ser feita vai permitir a mudança dos Serviços de Notariado, Predial e Civil, por outro lado, vai permitir um melhor atendimento público, com certeza, desde que, porque estamos, vamos mudar, porque vamos mudar, porque vamos continuar e, portanto, vamos mudar os serviços de atendimento público para o rés-do-chão e vai permitir, em princípio, no primeiro andar, criar algum espaço, sobretudo para o funcionamento da Câmara Municipal. Os senhores vereadores, foi uma das grandes reclamações dos senhores vereadores - por acaso, até da Oposição - é a falta de espaço e têm razão, não há espaço disponível. Penso que uma proposta que foi apresentada também de construção do Quartel da GNR, novo, que possa libertar aquele espaço que pode permitir o melhor funcionamento de todos os serviços e, portanto, esperemos que isso venha a acontecer e que haja melhores condições para todas as Forças Políticas funcionarem porque pode ser que, havendo mais espaço, as pessoas colaborem mais. Muito Obrigado.

O Membro Moura Lopes : Já vamos. Eu conheço a Assembleia Municipal do Barreiro e até, até posso prestar aqui homenagem a um membro da Assembleia activo do PSD, agora nem me recordo do nome, mas é muito conhecido no Barreiro. Tem lá o seu gabinete, faz a sua acção política. Pronto, todos os Membros da Assembleia têm lá o seu espaço. Almada a mesma coisa; outras não conheço, também. Aqui têm-se feito várias tentativas e começou-se no mandato anterior com aquele espaço lá em baixo. Também, também não resultou muito, pronto. Por dificuldades de todos, não foi só de quem estava no Poder. A Oposição também tem mais que fazer e também, se calhar também não quer ocupar algum espaço, que isto dá trabalho, etc. Como eu disse inicialmente, as Câmaras, os Executivos Camarários têm as suas prioridades e eu penso que, quando houver condições e não devia demorar muito - penso eu - digamos, a proposta que o senhor Presidente da Assembleia aqui apresenta parece-me que é justa e tem-se estado aqui a fazer alguma confusão nisto: dignidade com conforto. As Assembleias, mesmo que decorram, se decorrerem no vão da escada, têm dignidade; o que não têm é conforto. Agora, o que nós pretendemos - se houver condições para isso e condições é dinheiro - é arranjarmos mais conforto para os membros da Assembleia, para o público que está a assistir e também para os Vereadores. Não nos esqueçamos, isto não; a CDU não fez, mas o PS também não fez: os Vereadores não têm gabinetes. Nem os Vereadores do PS tinham antes, nem agora têm os da CDU. Portanto, deve ser um compromisso nosso, enfim, logo que

seja possível - também sei que a Câmara que não anda a nadar em dinheiro - logo que seja possível, criar condições para os Vereadores poderem trabalhar e criar condições para a Assembleia e para o público. Estou absolutamente de acordo. Isto é criar condições, é criar conforto. Logo que seja possível, penso que podemos avançar para aí. Independentemente agora, independentemente de quem ganha as eleições, penso que deveria ser um compromisso nosso trabalhar nesse sentido. Disse.

O Membro António Paixão: Obrigado, senhor Presidente. Boa noite à Mesa; companheiros de Assembleia e estimado público. Estou a ouvir atentamente este diálogo entre as duas Bancadas; gostava também de ter a certeza, como o senhor Moura Lopes, saber já que vai fazer as próximas obras, mas ao mesmo tempo, faz-me lembrar agora aqui um homem que tem sido muito contestado nos últimos tempos que é o engenheiro José Sócrates. Ele, certamente, diria assim: "Primeiro, tiramos as regalias já a quem tem algumas. Vamos lá é dar melhores condições ao povo das freguesias e do nosso concelho. Vamos primeiro pôr essas obras e depois temos tempo dar algumas aos outros que já tem algumas melhores, mesmo assim". Muito Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal: Não há mais inscritos. E sobre a questão de dignidade e do conforto, eu queria referir, queria ler, ia ler aqui o parágrafo dois (02) que diz assim: "Diversas têm sido as opiniões de Membros e cidadãos de que o local, este local, não reúne os requisitos próprios para o efeito tendo presente, fundamentalmente, as características técnicas, acústicas, audiovisuais, de mobiliário, de dimensão, configuração espacial, etc.". Pronto, isto é um bocadinho mais que conforto. Quanto à dignidade, não estávamos aqui a falar de dignidade ambiental porque nós podemos reunir ali no meio da rua com dignidade. Pronto. Eu parece-me que isto está encerrado e referia o seguinte: depois de votado e se aprovado, este Programa Preliminar será enviado, portanto, ao Executivo Municipal já não sob a forma de "projecto". Como não há mais inscritos: quem vota a favor da aprovação deste programa e o envio, portanto, ao Executivo, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por maioria, com 1 abstenção.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apresentação do Relatório da Comissão para acompanhamento da exposição apresentada pelos moradores da Avenida Quinta da Prata.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passando à Comissão para Acompanhamento da Exposição apresentada pelos moradores da Rua Quinta da Prata. Quem se quer inscrever sobre este ponto, faz favor. António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : Boa noite. Eu não sei, não sei exactamente o dia em que foi constituída a Comissão; de qualquer das maneiras, a Comissão foi criada com a intenção de tentar resolver ou, pelo menos, aclarar algumas situações que se andavam a arrastar há muito tempo e que, na minha opinião, não dignificavam em nada esta Assembleia, nem as pessoas que assumiram os destinos de Borba. De forma que, depois de alguma conversa com pessoas directamente interessadas, os moradores, a Adegas Cooperativa de Borba, Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Borba chegámos a uma conclusão e um relatório que vocês têm aí presente. Basicamente, o que é que se pretendeu e o que é que se pretende? A pessoa é sempre a primeira coisa a merecer respeito, seja ela qual for. Queixaram-se; as coisas andaram, vão para cá, vão para lá e, ao fim de uma quantidade de tempo, chegou-se a uma conclusão, que nem se atava, nem desatava. Naturalmente que o relatório dessa Comissão também não ata, nem desata, mas pelo menos clarifica. E o que é que clarifica? Em primeiro lugar, na minha opinião pessoal - eu falo por mim, não falo por mais ninguém - os moradores têm razão. Há duas situações que os moradores podem fazer neste momento: tentar, de acordo com aquilo que a Adegas Cooperativa de Borba diz, tentar minimizar os problemas que foram criados ou actuar como eles entenderem. Naturalmente que a actuação que eles podem ter é sempre uma actuação a nível judicial ou de contencioso. Na minha opinião, é uma situação que não valoriza nada, nem os moradores, nem a Adegas. Portanto, apelo ao bom senso das pessoas e acima de tudo o que é lamentável no meio disto tudo é que nem a chamada Direcção Regional de Agricultura, nem o Gabinete Técnico da Câmara, nem, quer dizer, há coisas que nem sequer foram licenciadas, nem ninguém sabia se foram licenciadas ou não. Isso é que é grave. Não me compete a mim; não sou, não sou advogado, nem coisa nenhuma dessas; mas, de qualquer das maneiras, eu penso que

qualquer obra que seja feita, em termos daquilo que há como a definição de obra, deve ser licenciada por quem de direito e por quem de direito era a Câmara há doze (12) anos, como é esta Câmara actualmente. Lamentavelmente, por processos ultrapassados, ou foram obras feitas à revelia e, como tal, ilegais ou clandestinas e para isso existem fiscais da Câmara que poderão acompanhar esse tipo de situações, mas o que é grave é que não foram. Estão lá os depósitos, estão lá os fixos onde foram implantados os depósitos. Naturalmente que a direcção da Adega, devo dizer aqui, e as pessoas que fizeram parte da Comissão foi clara em dizer que, quanto mais depressa conseguir mudar dali os depósitos, melhor. Foi clara em dizer que pode, que quer atenuar a situação dos chamados reflexos ou dos raios solares que incidem a nível daqueles depósitos de metal que, naturalmente, reflectem temperaturas brutais; estão dispostos a pintarem para tentar, enfim, dar maior privacidade às pessoas. Agora, a base da questão é que aquilo foi mal feito de princípio e, como foi mal feito de princípio, naturalmente que as pessoas é que estão a sofrer. Em meu nome pessoal, entendo que os moradores têm razão. Entendo que uma situação de conflito é muito grave. É muito grave, não. Aliás, vai dar publicidade à Adega Cooperativa de Borba e, como eu disse da primeira vez que criámos aqui a Comissão, a Adega Cooperativa de Borba é uma empresa que faz falta a Borba porque tem postos de trabalho e, lamentavelmente, cada vez há menos empresas com postos de trabalho e há duas hipóteses, é sempre a mesma situação: o que é que é melhor? É os depósitos ou não haver trabalho? A base é esta, mas fundamentalmente o importante é que os moradores têm razão. Naturalmente que o acompanhamento que lhes foi dado ou não, não sei até que ponto é que foi o merecido ou não merecido, mas de qualquer das formas. qualquer morador ou qualquer pessoa de Borba ou qualquer pessoa de qualquer parte do mundo tem o direito de defender-se e pleitear em tribunais para defender aquilo a que tem direito. É só isso, basicamente.

O Membro Luís Nascimento: Muito rapidamente só dizia o seguinte: (corte) não consigo analisar se calhar profundamente este documento porque - só aqui um apartezinho - não foi cumprida, de facto, a forma processual como este documento deveria entrar na Assembleia - não é? - porque só foi distribuído hoje, mas passo isso, passo para a frente essa questão e, de facto, a exposição que é feita, quer por estes dois (02) Membros que me antecederam e que fazem parte da Comissão, da Comissão de trabalho são reveladoras. De facto, há uma procura ou, pelo menos, há um sentido de haver um entendimento para resolver o problema. O que é evidente é que, de facto, as pessoas - como nós aqui assistimos em várias, em várias sessões - não estão satisfeitas com as construções que têm junto às suas habitações e a Adega naturalmente que se quer expandir e também não tem condições para o fazer, mas também não o pode fazer à custa do mau estar dos seus vizinhos, não é? Portanto, de facto, este apelo que é feito pela Comissão, e penso que está expresso no relatório, o apelo que é feito, de facto, ao consenso em encontrar soluções, de facto, é fundamental, é fundamental nesta matéria, pela importância que a Adega tem para o concelho de Borba - não é? - e quer também pela importância que tem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que vivem à volta da Adega. Era isto.

O Membro Rui Bacalhau: Era só para responder ao Deputado Luís Nascimento. Efectivamente, a culpa do documento ser só entregue hoje nada tem a ver com a Mesa, é da inteira responsabilidade da respectiva Comissão. Nós só hoje é que o entregámos, portanto, só hoje é que ele poderia vir para aqui e gostaríamos de em nome da comissão, assumir essa total responsabilidade.

O Membro Carlos Cabral : Eu gostaria, primeiro, de elogiar o trabalho da comissão, dizer que é a primeira vez, na Assembleia Municipal, em oito (08) anos, que isto acontece, mas com um bom método de trabalho para estudar os assuntos, mas para depois dar a minha opinião sobre o relatório e as conclusões a que se chegaram. E as conclusões a que se chegaram, depois do trabalho da Comissão, é que voltamos à "estaca zero". Ou seja, quer dizer, do ponto de chegada foi o ponto de partida. O ponto de chegada foi o ponto de partida, havendo, depois um apelo ao bom senso, mas que se espera que, no princípio, as pessoas deveriam ter bom senso, já aqui nesta Assembleia Municipal foi falado isso, etc. Logo, a situação está como estava há meses atrás. Tal e qual, quer dizer, a mesma coisa depois deste trabalho. O que é que se avançou? Avançou-se numa manifestação de vontade de, o mais rapidamente possível transferir aqueles depósitos que ali estão. Todos nós sabemos o que são obras, e estas questões, o que é a manifestação de vontade e o mais rapidamente possível, quando não está calendarizado, é quando puder ser e, quando puder ser, é quando for e, entretanto, continua o problema. Gostaria de dizer que, sobre a possibilidade de

minimização do problema é que já não posso estar de acordo, porque os depósitos, com tinta ou sem tinta, são depósitos. Quer dizer, o que minimiza o reflexo do Sol é uma coisa que, de facto, a mim me faz um bocado de confusão. Logo, não há minimização possível- do meu ponto de vista - naquela situação. Uma, uma barreira verde - não sei qual é o espaço que há, se há possibilidades de se fazer uma barreira verde ou não, - mas uma barreira verde, quer dizer, como vocês, sabem as árvores cortam-se depressa. Aliás, como temos alguns sinais na realidade desta terra, mas levam tempo a crescer. E, logo, as barreiras a fazer são, quer dizer, complicadas porque a barreira verde tem que ser muito bem estudada para poder ser uma barreira. Pronto, é esta situação, quer dizer, a solução. O que me faz impressão - devo confessar - no meio deste relatório todo é um anexo que continua a vir, que continua a defender juridicamente - penso eu que é uma informação jurídica - "Mantenho na íntegra o meu parecer de vinte e oito de Outubro (28/0UT) último. Quanto ao efeito das operações descritas na região não estão sujeitas a licenciamento municipal". Quer dizer, isto faz-me impressão que se mantenha este parecer jurídico na medida em que não pode haver no interior do território espaços que não estão ao abrigo da intervenção dos poderes públicos. Eu não sou jurista, mas, quer dizer, faz-me impressão que possa haver um espaço que não esteja ao abrigo do poder democrático eleito, e, por isso, continuo a dizer que não posso; que, por mais que pense, não consigo estar de acordo com esta visão e, logo, quer dizer, ou há um falhanço da Lei que tem que ser corrigido ou então, esse parecer não me parece correcto. Muito obrigado.

O Membro Rui Bacalhau: Também em nome da Comissão e respondendo ao Professor Cabral e também para esclarecer as pessoas, dizer que com o atraso que lhe entregámos o relatório, provavelmente ele não o leu todo porque a intervenção dele depois falhou-nos aqui nalgumas coisas. Obviamente que houve alguns avanços com este relatório, senhor Professor. Houve, por exemplo, houve a possibilidade de, desde aí para cá, aqueles maciços começaram a ser licenciados. Até aí, não eram licenciados. A minimização do problema foi aquilo que há dois (02) anos as técnicas da Câmara sugeriram. Nós, nas conclusões do nosso relatório, não sugerimos minimização de problemas deste género porque entendemos aquilo que o senhor entendeu agora; estar a fazer pinturas também não é minimizar o problema. Meter lá uma sebe achamos extremamente difícil porque os depósitos têm cerca de - se não me falhará a minha visão milimétrica - para aí dez (10) ou doze metros (12m) de altura; meter uma sebe de dez ou doze metros ou mais - ouvi agora ali um colega dizer isso - é um pouco difícil. Portanto, houve já aqui algumas vantagens. Depois, obviamente (corte) ter começado a mexer nesta situação, havia sim pareceres da jurista, pareceres das técnicas e nada era conclusivo. Ora, nós não temos - como o senhor disse e bem e também reiteramos - não temos conhecimentos jurídicos; tomara nós termos os conhecimentos das nossas áreas, quanto mais os jurídicos. E estes pareceres continuam a existir e andávamos neste emperro. As nossas conclusões são simples e concretas. Apelámos ao bom senso, portanto, para se tentar resolver o problema; tentámos unir as pessoas; havia uma desunião total; tentámo-las unir. Chegámos a uma conclusão simples: os maciços não eram licenciados. A partir daí, começaram a ser e temos, inclusive, documentação em nosso poder que obras de maciços semelhantes, posteriormente a isso, já foi exigido pelos Serviços Técnicos da câmara a licenciamento disso. Portanto, houve aqui algumas melhorias. Agora, nós não temos - já há pouco disse da primeira intervenção e volto a dizer - e também entendo que a Câmara não tem, e também entendo que a Câmara não tem poderes deliberativos para resolver o problema. Aquilo que nós nos propusemos era tentar fazer uma Comissão para tentar ajudar, tentar ajudar à resolução do problema, não resolver o problema. Portanto, foi uma boa iniciativa; foi a primeira vez, como o senhor disse e muito bem; temos muito a aprender ainda com os relatórios; a Democracia é isto mesmo, vai-se aprendendo. O Poder Local - há pouco dizia-o aqui - já evoluiu muito. Tudo evoluiu muito de há trinta (30) anos para cá. Há quem diga que a Democracia ainda é muito jovem em Portugal; eu diria que ela já está é muito viciada. Mas, de qualquer das formas, nós estamos aqui a tentar apelar a que as partes pretendam resolver o problema, coisa que a gente entendíamos, até à data em que tomámos a posse desta Comissão, que havia era voltar de costas e agora penso que as coisas estão encaminhadas noutra sentida. Vamos ver qual é a resolução e vamos ver os avanços que esta, que esta Comissão ou, pelo menos, que este mexer no problema possam gerar para o futuro e para estes moradores porque foram estes moradores que nos levaram à constituição da Comissão; não foi os pareceres que havia; não foi as intervenções que havia. Foram os moradores que nos levaram a que nós constituíssemos esta Comissão - o senhor sabe perfeitamente como é que ela foi constituída - e que, tentar aqui ajudar pessoas de Borba que se sentem incomodadas com uma coisa que, se eu lá morasse, também me sentiria incomodado. É só.

O Membro Jerónimo Cavaco: Boa noite a todos. Bem, eu já tive oportunidade, em sessões anteriores, quando este problema foi levantado, de concordar com o engenheiro Carlos Cabral no que respeita àquela questão. Para já, tenho uma dificuldade extrema, não por falta de óculos, mas por ter alguma dificuldade em entender aquilo que, que é o parecer jurídico que aqui se apresenta da forma como está escrito. Mas, em todo o caso, passando por cima disso, eu penso que nós estamos perante - e concordo com o último parágrafo da informação que está aqui constante de dezoito de Novembro de dois mil e três (18/NOV/2003) - que, de facto, nós estamos perante um conflito de interesses de particulares que a Autarquia, ainda que com responsabilidade ou não - e já lá irei - não pode envolver-se. Esta Comissão de trabalho fez um excelente trabalho porque, no fundo, levantou, apesar da conclusão nos ter levado e - concordo com o engenheiro Carlos Cabral - à "estaca zero" ou ao ponto de partida, como ele referiu, mas eu parece-me que a Autarquia ou que esta Comissão de trabalho também não poderia fazer muito mais perante os factos que eram apresentados. Agora, em todo o caso, há aqui duas questões que me parecem que ressaltam desta Comissão de trabalho. O Rui Bacalhau referiu aqui há pouco que estes maciços - permitam-me se, que vou cometer algum erro - não eram licenciados; agora já são licenciados, mas a informação que temos aqui é que não compete nem ao Município, nem às Direcções Regionais licenciar este tipo de maciços. A pergunta que eu queria fazer era - são duas perguntas, aliás - são duas perguntas distintas. Primeira, quando é que estes maciços ou estas lajes ou estas sapatas que lá estão que suportam os depósitos foram edificadas; em que ano ou em que altura, se há essa informação ou não e a partir de quando é que passaram a ser licenciados e com que base. É só isso é que eu quero saber porque ainda não consegui perceber, porque temos informações que nos dizem que, afinal, não é preciso. Só queria perceber isso, se for possível. Obrigado.

O Membro Luís Nascimento: É, é mais uma questão rápida que, pronto. Eu já numa discussão anterior deste assunto, eu disse que, no mínimo, a Câmara devia ter emitido uma certidão de localização. No mínimo, não é? Já que, não licenciando as sapatas, teria que emitir uma certidão de localização. Não é? Não, não interessa as datas. O que interessa é que uma das competências da Câmara é, de facto, ter que emitir certidões de localização sobre as construções e autorizar ou não - depende das construções que forem - na área do seu território. Até mesmo em termos, até mesmo em termos da área, até mesmo em termos da área que está dentro da área cativa, a Câmara, a Câmara emite certidões de localização para construções de unidades de exploração, de extracção de pedreiras, mas quem licencia é a Direcção Geral de Economia; não é a Câmara. Mas a Câmara tem que se pronunciar sobre o que é que lá vai ser construído e a questão que se coloca aqui é esta: então, quer dizer que - eu não queria chegar a esse ponto, mas o que está aqui assim em causa é isto - é que aquilo que lá está iniciado há cinco (05), há dez (10), há quinze (15) ou há vinte (20) anos foi iniciado de uma forma ilegal e a questão é essa. E agora, neste momento, nós temos que encontrar, de facto, é formas de resolver o problema, deixe-me falar, faz favor, que eu não interrompo quando o senhor está a falar. Está bem? Portanto, aquilo que está agora aqui em causa, de facto, é uma ilegalidade, e está aqui comprovado que se não era necessário legalizar, legalizar as sapatas, agora já há legalizações para as sapatas, quer dizer que há, há construções que estão a ser, que foram feitas ilegalmente, não é? O que quer dizer que, de facto - e contrário àquilo que disse aqui o engenheiro Cabral e ali o doutor Cavaco também pôs algumas dúvidas - que acho que, quer dizer, a Câmara tem competências, a Câmara tem competências, se as quiser exercer, pode não ser para resolver de imediato a questão, mas pelo menos, para pôr algum travão e procurar, procurar pressionar - por assim dizer - a resolução do problema porque a Câmara, como Executivo, tem competências próprias no território e, como tal, pode exercê-las; e, como tal, pode exercê-las, não é? Agora, também temos que ver que, de facto, o que está ali em construção, o que está ali construído é de muito interesse para o concelho, não é? Daí, de facto, eu estar de acordo que é necessário encontrar plataformas de entendimento para resolver o problema, face ao estado em que as coisas estão, não é? Face ao estado em que as coisas estão. A Adega até parece que está com vontade de resolver o problema, pelo que aqui é dito. Até já iniciou o licenciamento das tais fundações, das tais sapatas, não é? O senhor Presidente está a dizer que não com a cabeça. É, é o que eu ouço da Comissão; o que eu ouço da Comissão. Naturalmente, não é? De facto, de facto, não concordo com o engenheiro Cabral quando diz que chegámos ao ponto de partida. Não, acho que se evoluiu alguma coisa. Acho que se evoluiu alguma coisa. Mesmo que não seja, de facto, esse facto de, de se estar já a procurar licenciar toda aquela construção, não é? Certamente será o Ministério da Agricultura que terá que licenciar aquilo ou outra entidade ligada à agricultura. Não faço a mínima ideia,

não é? Porque não analisei o processo. Mas aquela construção garantidamente tem que cumprir requisitos legais para ser ali instalada, não é? E, no mínimo, no mínimo - como digo - a Câmara deveria ter emitido uma certidão de localização para construir isto, mas tem autorização, está legalizado, não é? Agora, parece, parece aqui assim de facto, e com o beneplácito de alguma forma dos pareceres jurídicos que aí estão, é que a Câmara está alheada de todo ao processo e acho que a Câmara não se pode alhear do processo porque a Câmara tem responsabilidade sobre o território.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, eu tinha prometido a mim próprio, que não ia falar sobre este assunto: em primeiro lugar, porque sou sócio da Adega; em segundo lugar, porque até pertenço aos corpos sociais. No entanto, não posso moralmente, aceitar algumas coisas que aqui se disseram. Não posso. Não é tecnicamente, é moralmente. A primeira observação é a seguinte: se em vez de lá morar a Adega, morasse lá o senhor Belmiro de Azevedo, que é o maior empregador deste país, a gente também deixava fazer aquilo? Também ficávamos com problemas de consciência porque o senhor Belmiro de Azevedo era o maior empregador do país? É falsa a ideia de que aqueles mactos foram construídos há dez (10) ou doze (12) anos. Aqueles mactos terão um (01) ano. Aliás, se verificarem a reclamação, poderão concluir que ainda não há dois (02) anos e isto porquê? Eu vou explicar. Naquele local existiam depósitos montados e esses depósitos estavam montados sobre umas sapatas que tinham, suponhamos, vinte centímetros (20cm) de altura e, há cerca de dois anos, ou nem isso - por isso é que eu estava a falar num ano - aquelas sapatas foram reconstruídas de forma a que tomaram outra configuração. Houve uma obra que conduziu à execução de um trabalho onde foi utilizado betão armado, e trabalho de muita gente, durante muitos dias, e, portanto, é isto: eu não me quero meter nisto, nem tecnicamente, digo se é correcto ou incorrecto, só que estavam aqui pessoas a dizer que as sapatas estavam lá há quinze (15) anos. O que estava lá há quinze anos eram uns "sapatinhos" e agora estão lá umas "saporras" e isso foi uma construção que foi feita. É a mesma coisa que, se um indivíduo tiver um rés-do-chão, depois fizer-lhe um primeiro andar em cima. Portanto, eu não queria intervir nisto, mas surgiram afirmações desfocadas e eu tenho que dizer. Primeiro, nós temos que equacionar a situação e eu não estou a defender os moradores da Quinta da Prata porque o problema dos moradores da Quinta da Prata foi terem ido morar para lá; porque se não têm ido morar para lá, se têm ido morar para os sítios onde os senhores moram - não é? - já não tinham este problema. A segunda posição que eu queria aqui tomar e depois já passava a palavra a todas as pessoas nervosas que estão para falar. Eu sou testemunha de que houve muita dificuldade na obtenção dos documentos por parte da Comissão, que tive que interferir pessoalmente para que os documentos de resposta tivessem a forma correcta. Tive que ir à Adega de Borba falar com a direcção e levar uma (01) carta que eles tinham escrito e enviado para mim, mas eu não tinha nada a ver com o assunto. Fui-lhe dizer que eles tinham que fazer o encaminhamento para a Comissão. Pedi à Câmara Municipal que encaminhasse correctamente também os documentos que mandou. Portanto, interferei também, ajudei a fazer o relatório porque vi que é muito difícil fazer um trabalho destes, num conjunto de pessoas que têm outros afazeres, outros trabalhos. É que efectivamente, estas comissões não podem funcionar dentro do amadorismo. Quer dizer, fazer isto nas horas vagas ou qualquer coisa assim; quer dizer, em vez se estar a ver o desafio de futebol na Televisão, estar a fazer o relatório. A Democracia tem custos, tem que se atender e considerar estas situações. Portanto; muitos parabéns, pela minha parte às pessoas que trabalharam nesta Comissão, que se esforçaram para obter um relatório grátis. Só queria pedir que a Comissão faça um esforço para elucidar a Mesa sobre o que é que a Mesa deve fazer agora ao documento. Pronto. E agora ia passar a palavra a três (03) pessoas que estavam inscritas.

O Membro Rui Bacalhau: Era fundamentalmente para reforçar algumas coisas que têm sido ditas e desditas. Em primeiro lugar, não estamos nervosos porque fazemos este trabalho com muita vontade e boa vontade também de todos. Em nome da Comissão, penso que nenhum de nós está nervoso. Estamos aqui tranquilos; aqui a discutir isto e foi esse o propósito que nos trouxe a isto, foi defender os moradores ou defender a razão. Não viemos para a Comissão para ter qualquer tipo de benefícios; que poderíamos-lo - como o senhor sabe também - poderíamos-lo ter. Não o executámos, nem fizemos. Portanto, em termos de nervoso, não estamos. Em termos de disposição para estar aqui, não estamos aqui a discutir política, nem estamos a entrar em politiquices. Foi um dos propósitos que nos presidiu, desde o primeiro momento, é: "Não vamos entrar em politiquices. Vamos tentar ver, com alguma calma, com algum bom senso, tentar ver o que é que efectivamente aconteceu; com leituras do expediente, com leituras, com

consultas, com solicitações aos técnicos da Câmara que tiveram a amabilidade, tiveram a amabilidade - e é bom realçar isso - de falar connosco, de nos dizer algumas coisas e vou até mencionar a técnica concreta, a arquitecta Raquel Pereira teve a amabilidade de ter uma reunião connosco e de nos transmitir algumas informações que estão aí constantes. Agora, o meu amigo Mário costuma dizer e muito bem: "A política é nesta casa" e, obviamente, era natural que todos começassem já aqui a apelar com a política. Nós não tivemos esse princípio, nem estamos a querer tê-lo. Nem estamos aqui a acusar Câmaras, nem do PC, nem do PS, nem do PSD, de nada. Estivemos aqui; o princípio foi: os moradores tinham um problema; vinham constantemente à Assembleia, como é também facilmente identificável e verificável na cronologia, e o problema andava aqui. E o problema andava aqui, como devem imaginar, desde o dia dez de Outubro de dois mil e três (10/OUT/2003), até dezassete de Dezembro de dois mil e quatro (17/DEZ/2004) que foi quando foi nomeada a Comissão. Vinha aqui permanentemente um (01) morador que fazia intervenções e aqui andávamos aqui todos: "Ah, e tal. Tem culpa este, tem culpa aquele", mas resoluções, nenhuma. Ora, nós - vá lá - de uma certa forma fomos quase obrigados a encabeçar esta situação - por mim falo - e não estou nada arrependido; não estou nada arrependido de termos feito este trabalho. Relativamente a algumas pressupostos que estiveram aqui a ser debatidos, o anexo que aí está, o anexo nada tem a ver com o relatório. O anexo está aí porque foi uma comunicação que foi novamente enviada pelos técnicos da Câmara porque, se vocês olharem à cronologia documental - que nós temos-a aqui toda também; podemos-la disponibilizar se algum está interessado no pormenor do anexo - o anexo foi uma coisa que a jurista já mandou há muito tempo, mas não resolveu o problema; nem sequer encaminhou para resolver o problema e o que os homens queriam, os moradores queriam - peço desculpa - era a resolução do problema ou o encaminhamento para a resolução do problema. Não podemos estar aqui a chutar para uns e para outros. Nós não resolvemos o problema; temos consciência disso. Sabemos que não resolvemos problema absolutamente nenhum. Mas que poderes é que nós temos para resolver o problema dos moradores? Nós só tentámos arranjar bom senso entre as partes e, de certa forma, conseguimos-la. Como o senhor Presidente disse e muito bem - e queria-lhe também agradecer o seu empenho - tentámos, pelo menos, aproximar os moradores da Adega e foi praticamente conseguido. Como os senhores sabem, houve pessoas da direcção que já se disponibilizaram para falar com os moradores o que, até aí, não era possível; andavam completamente de costas voltadas. Portanto, mais que nenhum benefício viesse do relatório, pelo menos, houve uma aproximação. Mas depois também só outro esclarecimento que acho que estão aqui a fazer: o senhor Presidente explicou e muito bem, as obras foram feitas em dois mil e três (2003) - a obra daquele maciço, daqueles maciços - portanto, por isso é que o senhor Crispim respondeu. Mas o que está em causa não é os depósitos; os depósitos que lá estavam - eu já tinha dito na minha primeira intervenção e repito - eram depósitos de vinte mil litros (20.000L). Os depósitos que lá estão agora são de sessenta mil litros (60.000L). Obviamente, não é preciso ser engenheiro de estruturas, nem de nada, para saber que uma coisa de vinte mil litros assenta com um (01) determinado pé; outra coisa de sessenta mil assenta noutra. Eu vejo. Os meus filhos sentam-se numas cadeirinhas e eu não me posso sentar naquelas cadeiras, senão rebento-a. Aqui é precisamente a mesma coisa. É que eu peso cem quilos (100kg) e os meus filhos pesam dez (10); por isso é precisamente a mesma coisa. Estão a entender? Portanto, o que está em causa não são os depósitos; o que está em causa são os maciços porque se os maciços não tivessem sido reforçados, os depósitos não estariam lá. Obviamente, é o A mais B. Portanto, estas coisas, e houve obras, houve obras - e isso eu não sei, que a gente não fomos ver, portanto, não nos vamos pronunciar sobre as obras que houve no passado; nem estamos aqui a dizer se a Câmara do PC licenciou bem ou se a Câmara do PS licenciou bem. Nós limitamo-nos àquele facto, àqueles maciços. Fomos lá, verificámos que houve obras lá; verificámos que houve lá uma construção e então descrevemo-la. Tão simples quanto isto: descrevemo-la. Sim senhora, o maciço que aqui estava era do tamanho de uma cadeira e agora é do tamanho de uma casa. Pronto, tão simples quanto isso. Limitamo-nos a dizer coisas óbvias e simples. Por isso, pedia a todos, pedia a todos para não termos que, de facto, fazer mais esclarecimentos; que não venham para aqui com as politiquices, que o que está aqui em causa não são as politiquices. O que está aqui em causa é o problema dos moradores. Como o senhor Presidente disse - eu digo a minha opinião pessoal - eu não gostaria de lá morar; eu não gostaria de lá morar. Provavelmente, nenhum dos que aqui está ouvindo gostaria de lá morar porque aquilo também quebra a intimidade, e nós não falamos aqui nisto, quebra uma coisa que é importante também todos pensarmos. Do cimo dos depósitos vê-se o quarto das pessoas e o quarto é uma área privada de cada pessoa. E eu, com aquela imposição dos depósitos, a própria Adega percebeu tudo

isso. É por isso que eu não estou a perceber como é que a Assembleia não percebe, que nem sequer lá se deslocou. São questões que ficam no ar para perceber onde é que estão os técnicos da Assembleia que aqui estão a levantar estas dúvidas todas, nem sequer lá se deslocaram. Afinal, onde é que está essa capacidade de análise? Fico por aqui.

O Membro António Anselmo : Em primeiro lugar, fico muito contente por ver tanta gente a falar de uma coisa que fizemos assim levemente, mais ou menos, não é? Eu tenho uma máxima muito grande: "Vale mais alguém a mandar mal, do que ninguém a mandar". "Vale mais alguém a fazer mal, do que ninguém a fazer". Fizemos de consciência tranquila e à vontade. Em relação àquilo que o senhor Presidente perguntou, o encaminhamento é fácil. Aquilo que nós combinámos com a Adega, a carta, fazemos nós, Comissão e o senhor Presidente faz o favor depois de mandar à Adega para iniciarem a pintura, para pensarmos bem numa cobertura em relação aos muros, não é nos depósitos, e depois a seguir logo, logo vimos. Agora, eu não me incomoda esse tipo de conversas; não me incomoda nada. Incomoda-me é que, se calhar, como ninguém faz, quando alguém tenta fazer alguma coisa, é uma carga de trabalhos. Felizmente que toda a gente falou e falou num assunto de Borba e de pessoas de Borba. Estão-se a aproximar as Eleições Autárquicas; agora é toda a gente boa; toda a gente luta pelo povo; toda a gente é melhor amigo de Borba do que ninguém. E quando alguém faz alguma coisa, com um bocado de trabalho, com um bocado de destrabalho, com um bocado de mérito, com um bocado de organização ou desorganização, mas está feito. E contrariamente aquilo que diz o Carlos Cabral, avançou-se e muito. E a próxima, o próximo avanço é a pintura. E a pintura, contrariamente àquilo que eles dizem, vai atenuar incidência e reflexo dos raios solares, de certeza absoluta. Por exemplo, num sítio onde eu estive há pouco tempo e que falei nessa situação, dizem-me que é fácil fazer-se isso. Agora, em relação ao resto, senhor Presidente, nós vamos fazer uma carta; o senhor vai encaminhar essa carta para a Adega, para a Direcção da Adega Cooperativa de Borba e eles vão iniciar, se são homens de boa palavra e de fé, fazer aquilo que combinaram com a gente. Isso foi aquilo que perguntou. Em relação ao resto da conversa, aquilo que foi dito fica para as pessoas avaliarem. Agora, digo-lhe muito francamente: vale mais fazer-se mal, ter-se coragem de se assumir situações, do que fazer conversa fiada.

O Presidente da Câmara: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, sinceramente, ainda não percebi as razões de algumas excitações. E estas intervenções que aqui estão fizeram-me recordar a profissão que tinha até vir para a Câmara e apetecia-me dar uma aula, que já não dou há muito tempo. E dar uma aula sobre - não o vou fazer - mas era importante, se calhar, discutirmos aqui como é que o espaço urbano evolui. Quem conhece Lisboa e, sobretudo, os militantes do Partido Socialista, quando se deslocam ao Largo do Rato, hão-de ver escrito nas paredes: Real Fábrica de Tapetes do Rato. Até lá próximo há um bairro operário - curiosamente. E isto prova, isto prova que os centros urbanos evoluem e prova, e ainda bem que evoluem. E isto para lhes dizer o quê? Que, tal como Lisboa evoluiu, também Borba evoluiu. Quando a Adega nasce, nada de urbanização existia à volta da Adega. Portanto, se estamos, se queremos discutir isto a sério, temos que começar por aí e, então, tínhamos que dizer que quem permitiu aquela urbanização à volta de uma coisa que se chama Indústrias e Assistentes, e consta do PU - que está aqui - de Borba, não deveria ter deixado construir aquelas habitações ali naquele sítio. Mas, já que lá estão agora, como a Adega evoluiu, evoluiu, evoluíram os depósitos; evoluiu a tecnologia e criaram-se estes problemas. Obviamente, ninguém aqui; nem a Câmara, nem a Assembleia, nem a Adega, colidem uns com os outros, mas desde o primeiro dia que eu fiz uma intervenção acerca desse assunto, eu disse que havia abertura dos moradores; havia abertura da Adega Cooperativa e, aliás, eu fui o primeiro a servir de moderador e toda a gente, embora sem juntar as pessoas à mesma mesa, se chegou à conclusão que era preciso criar uma cintura verde; que era preciso pintar os depósitos. Chegou-se a esta conclusão hoje que chegámos aqui, isto apenas permitiu; este estudo que aqui está - e louvo as pessoas por isso - apenas permitiu que algumas pessoas que aqui estão e que pertenceram à Comissão chegassem à mesma conclusão a que eu já cheguei há quatro (04) meses atrás. Mas ainda bem, ainda bem. A Adega está na disposição de resolver o assunto qualquer dia, qualquer dia, mas uma coisa é certa, e fez-se aqui algumas afirmações há bocado que os maciços passaram a ser licenciados. Os maciços - há que corrigir o seguinte e, aliás, eu hoje à tarde tive o cuidado, tive o cuidado de ir falar com uma técnica sobre este assunto - os maciços passaram a ser licenciados quando são feitos pela primeira vez. Já foi dito aqui, já se falou aqui de cadeiras grandes e de cadeiras pequenas e de não sei quê; não há dúvida que se existisse lá um depósito

pequeno, mesmo por muito pequeno que fosse, ele tinha que ter uma sapata. Aliás, já foi dito aqui pelo senhor Presidente da Assembleia. Portanto, alguém teve que licenciar, ou não, essa sapata. Por acaso, não foi licenciada, tal como não foi licenciada a ampliação da sapata. Mas uma coisa é certa, é que a sapata já estava lá; foi ampliada, foi ampliada e por azar colocaram em cima da sapata um depósito daquela dimensão porque, se fosse um depósito mais pequeno, não se tinha levantado problema nenhum destes, tal como não se levantou até que os depósitos mais pequenos lá estiveram. Portanto, aquilo que se passa aqui é que há aqui uma situação, e mais, pode acontecer, o que poderá acontecer eventualmente é que estes maciços possam vir a ser - e, aliás, eu já disse isto aqui uma vez - possam vir, pode-se lançar uma contra-ordenação e estes maciços possam vir a ser licenciados; ainda podem ser licenciados, os maciços podem. Já depois, os depósitos não são da nossa competência. Mas isso não resolve o problema das pessoas. O problema que lá está é os depósitos daquela dimensão que ninguém - e eu também não me sentia bem se lá estivesse uns mamarrachos daqueles ao pé do meu quintal; já disse isto aqui mais de uma vez - mas há aqui neste momento é um litígio entre uma Adega Cooperativa e uns moradores dessa Adega Cooperativa. Não vamos discutir agora o que é que nasceu primeiro, que também dava uma discussão interessante e se calhar chegar-se-á à conclusão que aquelas habitações estão ali ilegalmente. Quem as autorizou em tempos? Digo eu. Mas o que é importante é que se tente encontrar uma solução e das duas, uma: ou realmente Adega e moradores chegam a acordo e está o caso arrumado; ou não chegam a acordo e só têm uma coisa a fazer: Tribunal. E se isso tivesse acontecido, o problema já estava resolvido. Já se tinha chegado à conclusão quem é que tinha razão. E para já, disse.

O Membro Norberto Alpalhão : Então, deixa-me lá só, só dizer-vos uma coisa em relação a tudo isto. Eu estava aqui talvez em oitenta (80), oitenta e dois (82), talvez um pedacinho antes quando estava aqui o Manuel Rato que hoje está no PSD - e foi aqui apresentado a zona industrial para este lado e eu defendi, conjuntamente com o Manuel Rato, que a zona industrial devia ir para aquele lado de lá, que era lá que estava a indústria. Fomos - eu sei lá - fomos apelidados de loucos, completamente malucos, completamente malucos. Hoje, face àquilo que é a vila de Borba, parece-me que nós, naquela altura, tínhamos razão. Faria todo o sentido a vila ter expandido, em termos de zona industrial, aquilo que era a Avenida da Estação e ocupar todos aqueles terrenos e deixar tudo isto. O maior dos contra-sensos foi, depois de estar uma zona industrial montada aqui, vi-vos montar uma escola ali, e mais, e posteriormente zona já de moradores, por aí fora. Pronto, só para complementar e para reforçar um pedacinho todas essas ideias, pronto, mas estava lá. A indústria, a indústria estava lá. Ela está lá, efectivamente, pronto. Agora, que há sim senhor, há que respeitar. Agora, vamos ver quem é que autorizou? Agora, é complicado. É extremamente complicado; reconheço isso. Disse.

O Membro Luís Nascimento: Senhor Presidente, sem pretender desviar, de facto, o percurso desta discussão, só fazer uma correcção ao senhor Presidente de Câmara; que é, é evidente que o tecido urbano evolui, desenvolve-se, não é? E a tendência que há, como há, como foi, é o caso que apresenta da Fábrica de Tapetes do Rato ou outras fábricas de tapetes ou de louças ou seja do que for que, neste momento, estão no centro urbano, foram envolvidas, de facto, pelo desenvolvimento urbano, pelo tecido urbano, não é? Agora, o que tem acontecido e o senhor Presidente sabe isso muito bem, sabe isso muito bem - pelo menos, pela formação que tem deve sabê-lo - é que essas indústrias que são envolvidas pelo tecido urbano ou estagnam ou então são obrigadas a deslocalizar-se para zonas periféricas das cidades para se poderem expandir, para poderem enfrentar os novos mercados. Isso é mais que evidente, não é? Agora, com a desculpa - entre aspas - de que foi mal licenciada ali a zona urbana; não sei se foi, se não foi. De facto, temos que analisar todo o processo: é o caso do ovo e da galinha, quem é que nasceu primeiro. É evidente que a Adega, a Adega Cooperativa de Borba sente necessidade de se expandir, e muito bem, porque o mercado está a crescer certamente; pelas análises que tenho feito e pelas obras que se lá têm feito, de facto, nota-se ou sente-se que o mercado do vinho está a expandir e a Adega sente necessidade de alargar, alargar a sua capacidade de fornecer vinho. Agora, também não o pode, não o pode fazer e ficar; e eu, de facto, fiquei assustado quando o Rui Bacalhau diz que, dos depósitos, se vê os quartos das pessoas. Quer dizer, há uma coisa que, em urbanismo de facto, preservar as vistas dos vizinhos e a Adega - quer queira, quer não - é um vizinho de quem lá está a morar à volta, não é? Portanto, há aqui qualquer coisa que está mal garantidamente e uma delas - no meu ponto de vista e volto a afirmar isto - é que a Câmara de Borba devia ter emitido pareceres, certidões que deveriam ser pedidas pelas entidades que licenciam, de facto, os

depósitos. As entidades que licenciam os depósitos deviam de pedir esclarecimentos se é assim ou se não era assim, não é? Para poder então ser feita a ampliação das tais sapatas e, senhor Presidente, a nossa tabela de taxas tem lá taxas para as ampliações das construções, não é? E para ter taxas é porque é preciso vir à Câmara pedir uma licença para ampliar seja o que for, não é? Senão, eu também agora quero construir dois (02) quartos lá por cima no meu terraço, já no segundo piso, mas também não o posso fazer, aquilo já está construído há mais tempo e tenho que ir ao IPPAR pedir uma autorização, não é? Se eu fosse pela mesma lógica da Adega, construía: "Ah, aquilo já lá está construído; já lá está o prédio, é só construir, é só subir, só subir mais um bocadinho". No caso da Adega, foi passar de vinte mil (20.000) para sessenta mil litros (60.000L), não é? E acho que não; acho que a Câmara de Borba tem, tem um papel nesta matéria. No meu ponto de vista, tem. Senão, estão-lhe a passar a perna por cima, como se diz na gíria.

O Presidente da Câmara: Vamos lá ver, eu não quero avançar muito mais, para já. Agora só para responder ao doutor Luís Nascimento, dizer que é obvio que as empresas quando é para se deslocalizar, têm que ter espaço para se deslocalizar; têm que ser criadas condições para que elas se deslocalizem. O que não houve até agora; vai passar a haver. E também já há algumas condições, no sentido de ela se ampliar e passar para o lado de lá da linha. Aliás, é nesse sentido que a Adega Cooperativou no relatório - suponho que diz que, espera resolver o problema a curto prazo, com a revisão do PDM. Não sei se existe, se não porque eu não li o relatório. Já agora, a propósito das linhas de vista, essa foi uma das questões que eu coloquei, por acaso, à técnica, que diz que parece haver aí alguma contradição porque o que se faça, em relação às linhas de vista, é que o muro, os muros têm que ter, pelo menos, acho que é um metro e meio (1.50m), acho que é um metro e meio de linha de vista. Ora, aquele metro, aquele muro que lá está é superior a um metro e meio. Portanto, em termos de linha de vista, o problema está - servidão de vista ou lá ou que é isso - porque aquilo não é nenhum primeiro, os depósitos não são nenhum primeiro andar, pelo menos, segundo me informaram. Depois, em relação à questão dos licenciamentos, é obvio que nós sabemos perfeitamente - que as coisas nem sempre são como queremos; nós temos fiscais, como sempre a Câmara teve e, às vezes acontece que há obras que nascem de repente, não é? Aplica-se-lhe uma contra-ordenação e, pronto, e pouco mais do que isso e às tantas, e o mais que se pode fazer, poder-se-ia - aliás, eu já disse isso há pouco - poder-se-ia aplicar uma contra-ordenação e, no caso de virem a licenciar aquilo que ali está, continuava a não resolver o problema porque a Câmara, de acordo com o PU, considerando que aquilo é Indústrias e Assistentes, tinha que licenciar. Tinha que licenciar o fixe. Estamos a falar do fixe, porque o fixe não levanta problema nenhum. Depois o licenciamento do depósitos, essa caberia a outra entidade, que não à Câmara Municipal. E, portanto, continuo a dizer - isso não resolve o problema dos moradores. Os moradores é que se sentem mal, temos é que, ou eles chegam a acordo ou não chegam a acordo, vão a tribunal. Quer dizer, é a única via, eu já disse isto há quatro (04) meses. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Não há mais inscritos, íamos encerrar este ponto; mas antes de encerrar, eu gostava que me dissessem o que se pretende que a Mesa faça com este relatório?

O Membro António Anselmo : Eu disse ao, disse - desculpe - disse ao senhor Presidente que nós, Comissão, vamos entregar-lhe uma carta a si para mandar à Direcção da Adega para que a Adega cumpra de boa fé aquilo que nos disse a nós que ia fazer. Já tinha dito, Senhor Presidente.

O Membro Rui Bacalhau: Senhor Presidente e reforçando aquilo que o Toy diz, eu penso que deve ficar o original, se calhar, na Assembleia, uma vez que a Comissão são membros da Assembleia, deve ser comunicado uma oficialmente à Câmara, à Comissão de moradores e também à própria Adega Cooperativa, são as partes intervenientes em todo este processo. Portanto, o original fica na Assembleia e penso que esta discussão se alargou de mais. Acho que ninguém andou aqui excitado, como tentaram fazer. Mas também só queria dizer porque é por ser nesta sala que se excitou muito, porque metem política onde não devem meter política. Porque falar dos moradores pouco falaram. Eu não gostava de lá morar. É só o que tenho a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Portanto, consideramos este ponto encerrado e vamos

passar ao último ponto da Ordem de Trabalhos que é o ponto três, cinco (3.5): "Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira".

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Bom, relativamente à Situação Financeira da Câmara, portanto, vocês têm aí, todos os Deputados têm a informação que lhes foi fornecida. Verifica-se que, em termos de execução até Maio de dois mil e cinco (MAI/2005), com orçamento anual, portanto, relativamente às Receitas, corresponde a vinte por cento; vinte, setenta e seis (20,76); à Despesa, dezanove, setenta e nove (19,79) e, relativamente; a execução, portanto, até Maio, com o orçamento até Maio de dois mil e cinco (MAI/2005), corresponde no que se refere à Receita a quarenta e nove, oitenta e dois (49,82) e em relação à Despesa, quarenta e sete, cinquenta e um (47,51). Quanto à Situação Financeira da Câmara, portanto, têm aí a questão, está aí referido a capacidade, o limite do endividamento e, portanto, mantém, verifica-se que em termos de Encargos Processados e Não Pagos: temos o valor de um milhão, novecentos e cinquenta mil euros; Empréstimos a Longo Prazo: dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil (2.837.000); Empréstimos do Fundo de Turismo: setenta e nove mil (79.000); Empréstimos de Curto Prazo: duzentos e sessenta e dois mil (262.000); Leasings, portanto, ainda anteriores a dois mil e, ao nosso Mandato de vinte mil euros (20.000) e aquele crédito que, aquele factoring que existia com a Associação de Municípios está totalmente liquidado. No que se refere às Actividades do Município, são de destacar uma reunião que se realizou sobre o Plano de Intervenção em Espaço Rural, uma reunião em que participaram os representantes do Ministério de Economia, CCDRA, técnicos da empresa que está a elaborar o estudo, grupo DHVFBO onde foram discutidos e, enfim, levantadas algumas questões sobre os participantes e, portanto, este Plano tem que ver com a organização do espaço dentro da unidade de Ordenamento, portanto, UNOR II do PROZOME. Penso que a reunião correu bem e está prevista uma reunião futura agora para o final do mês, já com a participação também da ASSMAGRA que não participou na primeira e refira-se que este é, suponho eu - pelo menos, foi aquilo que foi dito - um regulamento muito específico e, portanto, suponho que o primeiro no país deste género. Relativamente, portanto, dentro das Actividades, temos a questão da participação, na cerimónia de adjudicação da obra do Cartório Notarial que, neste momento, está em estado bastante avançado. Com a ADRAL relativamente ao Projecto do Ninho de Empresas. Com a Santa Casa da Misericórdia e Segurança Social sobre o realojamento de pessoas de etnia cigana. Participação no protocolo no âmbito da Associação de Municípios sobre a criação de uma Associação, de uma empresa de bio-diesel no âmbito das Associações de Municípios. Uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna e os restantes municípios do distrito no âmbito da Protecção Civil e também a participação em reunião com os euro-deputados que se deslocaram ao concelho para se inteirarem da situação. Também um seminário em Mértola sobre o Plano Regional de Inovação do Alentejo da autoria do professor Augusto Mateus e associados e a visita à Câmara do Seixal para conhecer uma central de combustagem e um Centro de Interpretação Ambiental, de certa forma a integrar no Concelho de Borba em termos futuros. No que se refere à ADC - Mármore, realizou-se uma reunião no Conselho de Administração em que foram aprovados e apresentados, portanto, os cadernos de encargos e concursos de cadernos de encargos, e programas de cadernos de encargos e programas de concursos da ADC3. Não está aí referido, - mas já agora,- dizer-vos também que decorreu ontem - e, pelos vistos, uma pessoa do público que já não está presente parece estar muito bem informado - decorreu, portanto, ontem em reunião da Comissão Nacional da REN, onde eu participei juntamente com uma técnica da Câmara e que finalmente se apreciou o parecer que foi aprovado, foi dado parecer favorável pela Comissão Nacional da REN, que era o último parecer que faltava, para a revisão do PDM de Borba que vai ser agora enviado em edital para publicação no Diário da República que entrará em discussão quarenta e quatro (44) dias após quinze (15) dias da publicação. A reunião decorreu dentro da normalidade; enfim, algumas exigências que nós fazíamos algumas excepções à lei de REN não foram, não foram aprovadas, nomeadamente a instalação de adegas e de algumas indústrias agro-alimentares em espaço rural. Foi-nos dito que; aliás, fomos aconselhados a fazer todas as pressões junto do Ministério e encaminhar todos os processos para

desafectação pontual de REN, no sentido de proporcionar a alteração da lei que se espera, segundo informação do gabinete do Ministro, no mais curto espaço de tempo; espero que se entendam. De qualquer forma, dizer-lhes que em termos de PDM, tudo o que foram propostas de perímetros urbanos, tudo o que foi propostas de parte logística, de zona industrial, de instalação de ADC3, tudo isso foi desafectado da REN, portanto, obteve-se parecer favorável. Penso que todos estamos de parabéns e dizer que Borba está de parabéns, não que a Câmara de Borba está de parabéns porque tem o Executivo PS, não é nada disso. Penso que foi uma grande vitória que Borba teve, sobretudo com este parecer que se aguardava com alguma ansiedade há oito (08) meses e que, só porque, fruto de alguma indelicadeza minha, se calhar, as coisas avançaram mais rapidamente. Infelizmente teve que ser assim. Penso eu que, espero bem que não tenha que usar a mesma estratégia para desbloquear agora o Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos que também se encontra para aprovação e publicação na DGOTDU que já teve, já obteve o parecer técnico e está, neste momento, a caminho do gabinete jurídico; que, em minha opinião, acho que é um duplicar de trabalhos e depois às vezes admiram-se de se falar da administração pública. Quero-lhes dizer que esse Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos já foi analisado em termos técnicos na CCRA, já foi analisado pelo gabinete jurídico da CCRA, agora foi enviado para a DGOTDU onde está a ser analisado em termos técnicos e está a ser analisado em termos jurídicos. Quer dizer, é uma coisa; em minha opinião, é uma duplicação injustificada de trabalho. Por motivos pessoais e porque o Vereador, portanto, o Vereador Humberto não pôde estar presente, também de realçar, no âmbito dos pelouros que lhe estão distribuídos, a realização da Terceira Edição da Feira das Ervas Alimentares na Orada. A realização em Borba da II Gala do Desporto integrada, portanto, nas OPDE's. A realização da iniciativa Borba Clássica na Igreja das Servas que, no fundo, poderá ser o início de um ciclo de actividades deste género que se poderá vir a desenvolver integrado naquilo que nós pretendíamos, que era transformar a Igreja das Servas num Auditório. O apoio às Actividades de Música da Praça organizadas pelas Juntas de Freguesia. A celebração de protocolos com várias associações do concelho e resultante, portanto, de inúmeras reuniões que o Vereador tem feito e o lançamento do roteiro, o lançamento público do Roteiro Turístico do Município de Borba que está à vossa disposição e que já mandarei distribuir a todos um exemplar para que, enfim, possam ter em casa ou distribuir aos vossos amigos. E, para já, disse. Se o senhor Presidente me permitir, eu passava a palavra ao Vereador Artur.

O Vereador Artur Pombeiro : Ora, muito boa noite a todos, meus senhores. Portanto, as actividades vêm aí descritas; certamente já terão conhecimento delas, mas eu gostava de destacar, de facto, aqui algumas. Por exemplo, no aglomerado dos Mouchões que há muitos anos se encontrou sem o saneamento está prestes a ser concluído o saneamento. Tivemos alguma dificuldade porque a abertura de valas foi, efectivamente, em rocha dura. Portanto, o saneamento e as condutas de água novas já estão colocadas e na próxima semana ficará concluído o saneamento dos Mochões. Também no Barro Branco, na Tapada do Anjinho em que há anos se reivindicava o saneamento, estamos talvez com a obra a cinquenta por cento (50%) ou quarenta e qualquer coisa por cento; também com grandes dificuldades porque é tudo em rocha dura. No entanto, está a prosseguir e esperamos que dentro de algum tempo, estará também concluído. Nas obras do Chalé, continua o arranjo paisagístico, bem como o início das obras no Largo da Fonte e a continuação das obras do jardim. Uma outra informação, para além daquilo que vem descrito, é uma informação, penso que interessa todas as pessoas, nomeadamente a questão dos furos da água. Acho que os Membros da Assembleia devem estar informados, portanto, semana após semana, de quinze em quinze dias está-se a fazer uma sondagem aos furos para sabermos, efectivamente, o seu comportamento. A última sondagem foi feita no dia treze de Maio (13/MAI), uma das últimas sondagens e em que a técnica informa que pelo menos, estará assegurada para o Verão o abastecimento de água às populações. Penso que não correrá perigo; as piscinas vão abrir. Se, efectivamente, acontecer os furos começarem a baixar de repente, pois claro que encerrarão de imediato. No entanto, pensa-se que, se o Verão continuar mesmo quente, conforme está a acontecer, com rupturas que diariamente estamos a ter devido ao estado de degradação das condutas da vila, nomeadamente da Orada, pensamos que não irá haver problemas com a água. Se o Outono for seco, é evidente que poderemos correr o risco de termos bastantes dificuldades; embora os valores dos furos tivessem baixado um bocado, mas nas horas que as bombas param, eles reactivam logo para picos superiores. Disse. Coloco-me à vossa disposição para qual quer pergunta.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, se me permite eu queria ainda acrescentar, até

porque provavelmente o Vereador Artur deve-se ter esquecido; aliás, isso não tem que ver com as actividades propriamente da Câmara, mas tem que ver com obras no concelho e dizer-vos que, no âmbito da empresa de Águas do Centro Alentejo, SA, está em fase final de instalação da conduta adutora ao depósito da Orada e que, na parte superior, está a ser colocada uma conduta da nossa responsabilidade que vai abastecer em baixa toda essa área e que vai acabar com estas rupturas diárias que o Vereador Artur acabou de referir. A ETAR de Borba está em obra. Foi consignado aqui há duas semanas, salvo erro, a construção da conduta adutora que vai ligar o depósito da água de Borba ao que abastece Santiago de Rio de Moinhos, Nora, etc., portanto, no Alto dos Bacelos. A ETAR de Rio de Moinhos vai ter o projecto concluído no dia quinze de Julho (15/JUL), e será de imediato lançado com o concurso e, portanto, espera-se no início de Setembro se entrem em obra, pelo menos, é a informação da empresa, e diga-se que essa ETAR vai permitir- a de Santiago - vai terminar com a ETAR de Barro Branco, portanto, os esgotos de Barro Branco vão para Santiago de Rio de Moinhos e com grande esforço nosso também - por isso o projecto se atrasou um pouco - vai-se proceder ao saneamento básico da Talisca. Portanto, há uma ligação, portanto, que vai permitir que a Talisca passe a ter também saneamento ligado a esta conduta em direcção a Santiago de Rio de Moinhos. Também Nora e Orada - que entram no pacote das pequenas ETAR' s - se espera, pelo menos, segundo informações da empresa, arrancar em Setembro. Portanto, isto prova que realmente, a este nível, penso que também estamos, que também estamos no bom caminho e, já agora, aproveitando também esta conduta que vai atravessar Borba que vai subir a Rua da Quinta da Prata, vamos também fazer o mesmo que fizemos em relação à Orada. Portanto, utilizando a mesma vala, vamos colocar uma conduta que vai permitir o abastecimento público de água em todas aquelas moradias que se encontram acima da linha-férrea e que, neste momento, têm dificuldades. Não só dificuldades que resultam da falta de água; são dificuldades que resultam da dimensão da conduta que não permitem o abastecimento em condições e que têm levado alguns moradores a comprar bombas e não sei quê, e que não sei muito bem o que é, mas tenho ouvido falar algumas coisas dessas. Portanto, penso que, a este nível, estamos também no bom caminho e penso que Borba vai sair beneficiada com todas estas obras. Para terminar mesmo e a propósito disto, dizer-vos que foram abertas as propostas de recuperação do Palacete dos MeIos; parte final do Palacete dos MeIos; foram abertas, salvo erro, hoje. Está em fase de adjudicação a estrada que vai ligar a Estrada 508 a Santiago, portanto, a Santiago de Rio de Moinhos. Saiu hoje no Diário da República os concursos das Vs - (V4, V5, V6 e V7) que vão permitir a ligação à ADC3 e estão mais para sair. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, quem se quiser inscrever para falar, faz favor. Dr. Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Eu só queria fazer aqui um pequeno comentário e deixar uma preocupação bastante forte; que é o senhor Presidente da Câmara dizer que o dinheiro não estica. Isso sabemos todos nós e bem, mas olhando para esta situação financeira e comparando-a com o início do Mandato ou com o início deste ano - por assim dizer - vemos é que o que tem esticado é a dívida da Câmara e de que maneira, senhor Presidente. E o que me assusta, o que me assusta, de facto, não são as obras que estão a ser feitas aí assim porque, felizmente, há obra feita. O que me assusta é o estado financeiro, a situação financeira em que vai ficar esta Câmara, ainda neste Mandato ou então para o Mandato seguinte e Mandatos seguintes. Isso é que me assusta e assusta seriamente, não é? Fazia aqui, deixava aqui duas perguntas. Uma ao senhor Presidente da Câmara que era que, da forma que entendesse, que me pudesse dar algumas pistas - por assim dizer - em relação às verbas, às verbas que estão previstas receber em termos de candidaturas apresentadas e ao apoio. Só dizer isto; é que, de facto, hoje, acho que foi no Diário do Sul ou Diário de Notícias vi, de facto, o lançamento de dois concursos para as Vs da Unor com números à frente, não é? E, de facto, olhando para esta situação financeira, vendo as obras que estão a ser feitas, vendo o lançamento de concursos; ainda agora referiu mais uma adjudicação. Quer dizer, de facto, a situação vai ser complicada. Portanto, perguntava ao senhor Presidente qual é a previsão de Receitas em termos de fundos comunitários, o que é que está aí para vir; se a cartola, de facto, que eu falei há uns tempos atrás se é verdade ou não, se há essa cartola. Outra questão que eu queria colocar era directamente ao Vereador Serra, que era, na sua visão e de acompanhamento mais regular com o trabalho da Câmara, qual é a visão que o Vereador Serra tem, de facto, do endividamento da Câmara e da evolução do endividamento da Câmara.

O Membro Mário de Deus: Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Esta intervenção do Luís Nascimento mais arreiga em mim a convicção de que, esta noite, é uma noite, de facto, atípica. A noite de São João, a noite de São João que era noite para tudo, menos para fazer uma Assembleia Municipal. A Câmara, de cinco (05), tem três (03) membros; portanto, faltam-lhe quarenta por cento (40%). A CDU, de cinco tem três, : faltam-lhe quarenta por cento. O PS falta-lhe um (01) dos que deveria estar aqui também; portanto, faltar-lhe-ão sensivelmente dez por cento (10%). Os moradores que suscitaram a Comissão, que suscitaram esta Comissão não estiveram presentes, como quem diz: "Vão-se passear com essa conversa toda". Os outros moradores, quando não deviam falar, falavam; quando podiam ter falado, não falaram. Portanto, eu penso que é uma reunião atípica; é uma reunião, é uma Assembleia Municipal de noite de São João que não está vocacionada, de facto, para estas coisas. Quem tem responsabilidades nalguns problemas que estão aí enjeita-as e fala como se fosse a pessoa mais cândida do mundo e mais pura e que limpa as mãos e diz: "Onde é que estão agora as dívidas desta Câmara?". Agora a palavra vai ser passada ao Serra que vai, naturalmente, fazer também o discurso dele, obviamente vai dizer: "Ai mãe de Deus, que a Câmara está a falir; a Câmara vai, está falida", fingindo que não se vê o que está à volta, que não se vê o que está nos concelhos limítrofes. Tudo isto é para, é para dizer que a minha impressão é que é uma Assembleia Municipal atípica, fora do normal, sem garra, sem genica. Estamos aqui a arrastar, a arrastarmos aqui as questões até onde for possível e nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também demos o nosso contributo; só, só faltou arranharmo-nos uns aos outros, mas também demos - como não há Oposição, como não há Oposição - fazemos a gente as honras da casa e fazemos tudo, não é? Fazemos o Poder, defendemos o Poder, fazemos a Oposição, voltamos a fazer o Poder, voltamos a fazer a Oposição. Enfim, atípica. Esta noite é uma noite atípica. Eu, quando pedi a palavra, eu era só para não perder a ocasião de que nas actas da Assembleia Municipal, tão brilhantes, não ficasse também uma referência hoje, com uma intervenção minha, acho que também uma coisa que ficava mal. Era uma acta que ficava sem uma referência a uma intervenção minha. Penso que também não ficava bem e também não fazia muito sentido. Então, as atipicidades, digo assim: "Vou lá eu, vou eu contrariar esta, não vou permitir que fique mais uma atipicidade; que fique uma acta, uma acta destas, uma destas brilhantes actas destas brilhantes Assembleias Municipal sem uma intervenção minha". De qualquer maneira, eu penso - e era isso um pouco que queria dizer - eu penso que já o companheiro Moura Lopes também já tinha passado aqui e já se tinha metido comigo e já me tinha perguntado: "Então, como é? Não dizes nada hoje?". Também não quero que o Moura Lopes fique a pensar que, por ser noite de São João, não se fez a festa, não se comeram as sardinhas, não se beberam uns copos. Foi tudo igual: beberam-se uns copos, comeram-se as sardinhas, foi tudo igual. A noite é que está atípica, de facto, porque as questões estão atípicas, a Democracia está a ficar complicada e era isso que eu queria um pouco, era isso que me estava a apetecer reflectir aqui em voz alta. Está a ser cada vez mais difícil a participação das pessoas, está-se a ver. Está penosa já, está penosa. Indiscutivelmente, de hoje para há quatro (04) anos atrás, sente-se que está mais penosa - e eu estava cá há quatro anos atrás também - sente-se que está mais penosa porque os interesses estão mais centrados no público; na defesa do interesse público, não é? É à volta do interesse público que a política tem que ocorrer é à volta da defesa do interesse público e, para mim, do estado social e penso que para grande parte dos que aqui estão, que tem de decorrer, não é? E toda a gente está a perceber que isto está a ficar cada vez mais complicado, não é? Quando havia interesses particulares, quando havia interesses comezinhos, havia pequenos interesses da bolsa deste ou da bolsa daquele, a Política fazia-se melhor; pelo menos, essas pessoas faziam-na melhor e os outros, se calhar, por idiotice, iam atrás e faziam, respondiam e faziam com que a diálise - como diria o artista, o artista da Televisão Herman José - com que a diálise ocorresse melhor, não é? Agora esta intervenção é só para dizer que isso a mim; por um lado preocupam-me estes sintomas; preocupam-me faltarem muitos; preocupa-me não estarem aqui muitos dos que deveriam aqui estar, dos que tinha a obrigação de aqui estar. É preocupante, é sempre preocupante, mas se me puser à procura das razões, descansa-me eles não estarem aqui. É sinal que, que a Política aqui em Borba se está a aproximar daquilo que devia ser: da defesa, defesa rigorosa, intransigente, defesa às vezes pouco delicada, dos interesses de cada um, das leituras que cada um tem da realidade e daquilo que se pode fazer em prol dessas leituras e dessas propostas, não é? Mas também fazer um aviso. Atenção que estamos, se calhar, numa fase crucial; estamos, se calhar, a atingir o pico destas questões todas e vai haver eleições daqui por uns meses, não é? Se não formos capazes de levar isto com dignidade até ao fim, se calhar, estamos a criar condições para que as próximas eleições baixem muito de nível, caíam de nível e a falta de interesses privados - que eu,

que eu continuo a sublinhar; que, para mim, em relação há quatro (04) anos atrás, é o grande elemento que distingue este dia, do dia há quatro anos atrás - a falta disso não pode ser o motivo para nós deixarmos cair os braços e para não nos metermos nisto, não é? Temos que; aqueles que, que acham que é importante e que, e que é decisivo, temos de continuar a lutar, temos de continuar a trabalhar, calmamente, como mais conversa, com menos conversa; temos de continuar calmamente a fazer as nossas listas partidárias; cada um faz as suas, cada um faz, cada um organiza as suas, cada um prepara o seu, o seu bloco de ideias, o seu plano de actividades, o seu programa eleitoral, mas não podemos faltar. O pior que há, é a falta de comparência, não é? Que ninguém, que ninguém deixe de estar presente por falta de comparência. Temos que ir todos, temos que ir todos com a nossa cruz, temos que arrastar; aqueles que gostam, aqueles que sentem e aqueles que, de facto, pensam no público, temos que arrastar com mais cuidado ou com menos cuidado com a nossa cruz, mas não podemos deixar de perceber que é só assim que há Democracia e que isso, se calhar, é o crucial, é o fundamental. Se calhar, é preciso substituir alguns dos que aqui estão, dos mais velhos. Eu, se calhar, estou na linha de saída, mas não podemos é permitir que as coisas não continuem com outros, com mais vontade, mais novos, mas temos de criar as condições para isso. E, Vereador Serra, veja lá agora o que é que vai dizer a seguir. Obrigado a todos.

O Vereador Serra Silva: Muito boa noite a todos: aos Membros da Assembleia, à Mesa, ao público, aos Colegas da Câmara. Eh pá, eu agora fico um bocado constrangido com o que o Mário me disse; eu já nem sei o que é que hei-de dizer. Bom, mas a conversa do Mário suscitou-me logo uma dúvida e a primeira é, eu não sabia se ele estava a falar para a Assembleia Municipal, se para o interior do Partido Socialista, mas essa depois também podemos esclarecer porque essa questão dos interesses privados, da participação, não sei quê; pá, isso depois podemos ver como é que isso é. Se é, se não têm espaço no PS para, para colocar isso. Também não me parece, também não me parece que seja aqui na Assembleia Municipal que se faça esse tipo de alerta. Bom, eu; devem ter percebido que eu estive toda a noite muito sossegado e a ouvir toda a gente com atenção e não interrompi ninguém. Bom, o desafio que me foi feito foi para dar a minha opinião sobre a questão do endividamento. É claro que não vou dizer que a Câmara vai falir, ó senhor Vereador Mário. Mas sou capaz de lhe fazer o desafio para ver, pelo menos, as últimas dez (10) actas da Câmara em que o senhor era vereador e em nenhuma delas deixou de falar da situação financeira da Câmara porque o preocupava; era uma preocupação que tinha. E ela, essa situação financeira era muito mais saudável do que esta hoje em dia. Por isso é natural que as preocupações também tenham aumentado, relativamente a esta situação. E é uma situação preocupante - já o disse na última Assembleia, aquando da aprovação da conta - porque é uma situação de dívida a curto prazo. Hoje a dívida da conta-corrente a fornecedores, ou seja, os Encargos Processados e Não Pagos situam-se muito perto dos dois milhões de euros (2.000.000), dois milhões de euros; quando, em dois mil e dois (2002), se situava nos oitocentos mil euros (800.000), nos oitocentos mil euros. Então, estamos a falar de um aumento superior a um milhão de euros (1.000.000) em dois anos e pouco. Poderão, poderão dizer que também há obra feita, mas o haver obra feita não significa depois que exista dinheiro para a pagar e a obra pode continuar a fazer-se se houver dinheiro para se pagar. E o problema que aqui está e que eu chamo também à atenção do Executivo - e tive a oportunidade de o chamar na reunião de Câmara - prende-se com um documento que vocês não têm e que é o resumo diário de tesouraria. E o resumo diário de tesouraria dizia, no dia cinco de Junho, no dia vinte e um de Junho (21/JUN), que as disponibilidades da Câmara eram de duzentos e quarenta e três mil setecentos e noventa e nove euros (243.799), ou seja, era do dinheiro que a Câmara tem disponível para fazer face às despesas. Mas, destes duzentos e quarenta e três mil euros - que depois também tem mais um empréstimo que não está totalmente consumido e que tem um saldo de oitenta mil euros (80.000) - tinha que se tirar o dinheiro dos vencimentos e dos subsídios de férias que era duzentos e dezassete mil euros (217.000) e, então, a Câmara ia ficar com cerca de cinquenta mil euros (50.000) no máximo. Depois, mas depois tem dinheiro noutras contas, mas são contas caucionadas e são dinheiros que estão direccionados para outros projectos. E esta situação é que preocupa. Porquê? Porque, efectivamente, há obra a fazer-se, mas nós sabemos que parte dela ainda não tem candidaturas aprovadas; outras têm candidaturas aprovadas, mas os Autos de Medição têm que ser primeiro pagos pela Câmara para depois poderem serem recebidos e ser feito o reembolso por parte da CCDR. Ora, com uma Câmara que está a ficar com uma disponibilidade de tesouraria na casa dos - quando muito - cem mil euros((100.000), quando podemos estar a falar de uma capacidade de tesouraria de volta de vinte (20) ou trinta mil contos (30.000.000\$00), não tem uma rotatividade de dinheiro e não estando previstas

nenhuma receita extraordinária que lhe permita também fazer face a isso. É claro, como não tem disponibilidade de tesouraria, vai avolumando cada vez mais esta lista da dívida em conta-corrente e destes pagamentos que estão processados, mas que não podem ser pagos, pronto. Ou seja, os Encargos Assumidos e Não Pagos não vão sendo, não vão sendo cobertos e a disponibilidade de tesouraria não aponta para isso e é uma preocupação grande e que este Executivo tem que, tem que tomar isto e tem que pensar porque, efectivamente, não pode continuar a pensar que vai continuar a fazer as obras com o dinheiro dos empreiteiros e com o dinheiro dos fornecedores porque isso vai ter que, um dia, parar e, quando já estamos neste momento com dois milhões de euros (2.000.000) à conta dos fornecedores, começa a ser preciso encontrar outra estratégia ou outras formas de financiamento da nossa actividade e essas o senhor Presidente terá que, terá que as encontrar e explicar à Assembleia e também à Câmara. E a minha visão pessimista desta situação financeira prende-se com isto: não é que a Câmara esteja falida; não está falida, então nós vimos aí nos balanços, não está falida, tem património. O problema é que está a ficar com pouca disponibilidade de tesouraria para fazer face a compromissos que aí tem, quando está ainda a assumir novas consignações e a lançar novos concursos que, mesmo que com bons financiamentos, mesmo que tudo venha a ser candidatado e aprovado, o financiamento não ultrapassa setenta por cento (70%) e é preciso encontrar trinta (30) e trinta por cento (30%) é mais de um milhão (1.000.000) ou dois milhões (2.000.000) de obra, são mais seiscentos mil euros (600.000) ou setecentos mil euros (700.000). E, tendo em conta o outro tipo de despesas que a Câmara tem, é uma situação preocupante porque pode não comprometer de imediato, mas pode comprometer o próximo Quadro Comunitário de Apoio e pode comprometer projectos futuros.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: A razão, a razão de dar a palavra ao Vereador Serra em primeiro lugar é só por uma questão de simpatia, não é por mais nada porque eu gosto de tratar bem os vereadores. Portanto, dizia, relativamente às intervenções que foram feitas, pego nas palavras do doutor Luís Nascimento quando disse - disse e bem, e ainda bem que disse - a dívida tem aumentado e eu até coloquei aqui entre aspas "felizmente há obra feita". É verdade, tem razão. Felizmente; há dívida, mas desde, a partir do momento em que este Executivo começou a trabalhar, começaram-se a ver obras. Relativamente à questão das candidaturas, do dinheiro, bom, quando nós entramos para a Câmara - aliás, há aqui algumas divergências, como sempre houve, em termos de números - as dívidas a fornecedores não eram oitocentos mil euros (800.000), portanto, cento e sessenta mil contos (160.000.000\$00), mas eram trezentos e poucos mil contos que constam da auditoria, que constam da auditoria. Portanto, se neste momento está em quatrocentos mil (400.000); mais oitenta mil (80.000), menos oitenta mil, quer dizer, não é por aí com certeza. Depois - é verdade, isto é verdade e as verdades têm ser ditas - relativamente à questão das obras, é óbvio que; vamos lá ver uma coisa, ou nós queremos obras e queremos obras deste Quadro Comunitário que é a última oportunidade que temos, é esta e temos que as candidatar e os compromissos assumidos entre a Câmara de Borba e a CCDR é que os concursos têm de estar lançados até ao dia trinta e um de Julho (31/JUL) e, da minha parte, não vai falhar nenhuma. É óbvio que todos, todos nós também sabemos que nesta transição de Quadro Comunitário que vai haver dois (02), três (03) anos em que não há fundos e, portanto, temos que aproveitar os fundos que há. Já agora, só por uma questão de vos satisfazer relativamente às Vs, portanto, está a ser tratado um contrato-programa, um contrato-programa com o Governo, no sentido de que - portanto, a comparticipação para essas Vs que é um grande investimento e que não fazia sentido que fosse a Câmara a suportá-lo dos cofres, totalmente dos cofres - está, portanto, a ser tratado um contrato-programa que se espera que, da parte da Câmara, venha apenas a ser, (a comparticipação) na ordem dos dez por cento (10%); é aquilo que está falado. Relativamente às outras, aos outros concursos, tudo está acordado com a Comissão de Coordenação Regional. Esperemos que a Comissão de Coordenação Regional não falte à palavra, há documentos escritos onde eles se comprometem com estas verbas e, portanto, os concursos estão a ser lançados; alguém com certeza tem que os pagar. E, a partir do momento em que há compromissos; cá na minha terra os compromissos são de homens e os homens, à partida, têm que ser sérios e, portanto, se eles não pagarem, temos de tratar o assunto de outra maneira com certeza. Para já, disse.

O Vereador Serra Silva: Senhor Presidente, era só para lhe referir que os oitocentos e três mil euros

(803.000) que eu falo já não foi, não foi em dois mil e um (2001), foi em dois mil e dois (2002) e só estão na conta de gerência de dois mil e dois. São, estão na conta de gerência de dois mil e dois. Estes, não há dúvida; se vocês duvidavam daqueles da CDU, destes espero que não duvidem também; mas estes eram o que estavam. Não se esqueça que contraiu um empréstimo de quinhentos mil euros (500.000) para pagar parte do que devia. Pagou; aumentou a dívida à Banca, foi uma boa operação; reduziu uma dívida de curto prazo para uma de médio/longo prazo. Mas estes oitocentos (800), não há dúvida, eram aqueles que existiam em dois mil e dois (2002). Agora, em Maio de dois mil e cinco (MAI/2005) é um milhão, novecentos e cinquenta mil (1.950.000). Não, eu não me preocupo? Tenho que me preocupar, corno borbense. Não é uma questão, não é uma questão de medo, não é uma questão de medo. E só para dizer, sobre a questão da V 4, V5, V6 e V7, estamos a falar de um valor de obra de três milhões cento e vinte mil euros (3.120.000) que vão ser lançados os concursos; já, os concursos vão ser lançados; este valor ainda pode aumentar ou diminuir em função daquilo que houver aí de empresas e depois isto é tudo feito com prazos de execução apertados. Isso são coisas que se vão fazer em cerca de um (01) ano e depois, ao final de um ano, já temos mais uma dívida grande para, mesmo que a Câmara tenha que pagar dez por cento (10%), são mais trezentos - ora, isto são três milhões (3.000.000) - são mais trezentos e tal mil em cima, quando isto também, penso que o contrato-programa deveria ainda ser bem visto, tendo em atenção que os Planos de Pormenor destas zonas também ainda não estão totalmente concluídos e se aqui também, à semelhança daquilo que deveria ter sido para o Plano de Pormenor do Alto dos Babelos, se há possibilidade de aqui também de haver mecanismos de pericuação para os diferentes interessados neste, nestes processos.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Isto não é propriamente uma reunião de Câmara; estes assuntos são assuntos que nós podemos tratar melhor em reunião de Câmara. De qualquer maneira, devo dizer que, se houve redução destes oitocentos mil (800.000), para estes oitocentos mil; claro que, eu tinha percebido que o Vereador Serra se tinha referido a dois mil e um (2001) e dois mil e um não era isso, eram trezentos e sessenta mil contos (360.000.000\$00); eu nunca mais, desses, eu não me esqueci. E, portanto, para pagar essa dívida de curto prazo, eu tive que pagar as dívidas que a CDU tinha cá deixado e, portanto, tive que contrair um empréstimo. É óbvio que tive que contrair um empréstimo e baixou para dois mil e, em dois mil e dois (2002) baixou. Então, se eu contraí um empréstimo para pagar as vossas dívidas, é óbvio que baixou. Já agora e porque me esqueci, porque me esqueci, só dizer-vos também que foram agora aprovados em Conselho de Administração da ADC- Mármore cadernos, em que o valor da obra ronda os quatrocentos mil contos (400.000.000\$00) para a ADC3. Já agora, só para ficarem a saber. E também em relação à Associação de Municípios, que me tinha esquecido também, também foi aprovado no último Conselho de Administração, aliás, da GESAMB mais quatrocentos mil contos (400.000.000\$00) para construção dos ecocentros no distrito. Portanto, da parte das Câmaras Municipais, estamos a trabalhar para que os concelhos se desenvolvam cada vez mais, independentemente das Forças Políticas que cá estão porque esses quatrocentos mil no âmbito da GESAMB é para servir o distrito. Estamos a falar de Câmaras CDU e PS.

O Membro António Paixão: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou ver se não roubo muito tempo a esta Assembleia, que já estamos também nas partes finais, mas ainda bem que também não sou só já eu que vou reconhecendo algumas obras a este, a este Executivo Camarário. E queria agora aqui agradecer algum empenho que houve e realçar algumas pequenas obras que se foram desenvolvendo na Freguesia e ao mesmo tempo fazer um desafio ao Executivo que, ainda neste pouco tempo que resta e que tem-se estado agora a aproximar de algumas soluções, que avancem com elas na Freguesia de Rio de Moinhos, que é uma das Freguesias que está um pouco sacrificada por falta das obras estruturantes. Mas eu tenho esperança que ainda algumas delas as vamos ver iniciar; refiro-me concretamente à ET AR de Rio de Moinhos, à estrada de Santiago - Salgada, polidesportivo, loteamento. O PU, o PDM e PU também se estão a aproximar. Portanto, tenho esperança e volto a insistir e desafio este Executivo que avance nestas obras. Até porque algumas de menor importância, têm sido realizadas - o que eu agradeço - e tem sido a minha postura nesta Assembleia, fazer uma exigência de obras na Freguesia. Espero que não me levem a mal. E, ao mesmo tempo, queria agora reconhecer algumas delas realizadas e dirigia-me concretamente ao meu amigo Moura Lopes que, certamente, já notou a diferença que se vai vendo ali pela Ribeira uma localidade da minha Freguesia: desde os largos da Ribeira desde o saneamento, as águas, a nova ETAR,

enfim. Até o próprio Luís Nascimento reconhece o número de obras que se tem vindo a verificar e, com isto, penso que o Luís Nascimento desmente o Moura Lopes: as futuras obras não serão feitas pela CDU; a aparecerem agora já obras neste volume - e eu faço este desafio, que elas apareçam - não será a CDU a fazer as próximas obras no próximo Mandato. Obrigado.

O Membro Rui Bacalhau: Hoje, como é uma sessão atípica como diz o Mário e bem, não vou falar de contas. Vou perguntar, até porque o nosso Vereador Artur tem estado aqui a ser alvo de grandes elogios, vou só perguntar aqui duas coisas. Ainda, este ano ainda vamos ver algum cinema no nosso Cine-teatro? É porque a obra está em cinquenta e cinco por cento (55%). Passou um dia ontem, até a informação nos ter chegado, se calhar, passou para cinquenta e seis (56). E aqui também na ampliação das obras do Largo da Fonte e a continuação do jardim. São perguntas para o senhor Vereador Artur. De contas, hoje, não falo.

O Jerónimo Cavaco: É muito, é muito rápido aquilo que eu tenho para dizer. Tem a ver com; já falamos aqui hoje de água e tem a ver também com a situação financeira daquilo que estivemos aqui a referir há pouco. Pode ser que o aumento de trinta por cento (30%) na factura da água que o Vereador Serra ficou de apresentar o estudo aqui, que ainda não, que ainda não apresentou. Pelo menos foi prometido numa Assembleia que disse que a factura tinha subido trinta por cento ou o que era trinta por cento o aumento na factura da água nos municípios de Borba. Posso, eventualmente, que; sim. O Vereador Serra referiu aqui numa Assembleia que era trinta por cento (30%) o aumento sobre a factura da água aos munícipes e podemos ir ver as actas anteriores. Aliás, até ficou de apresentar que era um estudo que existia porque, de facto, falava-se em trinta por cento e eu não conseguia perceber de onde é que vinham os trinta por cento porque nunca percebi; aliás, está em actas e podemos ir verificar anteriormente. Mas o que eu queria dizer era, era muito rápido e muito simples. Pode ser que estes trinta por cento (30%) - e já que estamos a falar de números e que a análise de números foi feita, por aquilo que eu ouvi - possa, eventualmente, ajudar a contrariar um bocadinho a tendência que demonstrou há pouco; a tal, portanto, tendência pessimista que, de facto, deixou um futuro negro para esta Autarquia. Em todo o caso, eu gostava e continuo à espera - penso que esta Câmara também - que seja apresentado o tal estudo que prova que, com as alterações que foram feitas por este Executivo no que respeita à água ou à factura da água ou à forma da água ser facturada aos nossos munícipes, que apresente esse estudo para que possamos ver onde é que está o aumento de trinta por cento (30%) que referiu aqui em sessões anteriores. Não lhe posso precisar quando, mas podemos ir verificar as actas e, com certeza, que lá estará.

O Membro Carlos Cabral : É só uma pequena aviso de cuidado. Estou a achar um optimismo exagerado na análise da questão da água no concelho de Borba e por isso, não sei se a abertura das piscinas tem que ser com a certeza absoluta de que a água depois não falta à população. Vejamos que outros concelhos do Alentejo têm refreado muito. Eu também acho muito importante piscinas e, aliás, gosto, quer dizer, que também, se houver uma para Borba, também uma para a Nora também lá faz falta, mas acho este optimismo exagerado. A análise é de treze de Maio (13/MAI), de treze de Maio, estamos a vinte e quatro de Junho (24/JUN); foi um mês absolutamente espantoso de transpiração; logo, é preciso ter cuidado, muito cuidado com isso porque eu não partilho desse optimismo.

Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Ora, parece que não há mais inscritos e, por conseguinte, dava por encerrada a sessão. Boa noite.

ANEXOS A ESTA ACTA:

- Anexo 1 - Pedido de substituição do membro Joaquim Manguinhas
- Anexo 2 - Pedido de Substituição do membro Maria Filipa Almeida
- Anexo 2 - Correspondência recebida
- Anexo 3 - Correspondência expedida
- Anexo 4 - Voto de Pesar apresentado pelos membros da CDU
- Anexo 5 - Voto de Pesar apresentado pelos membros da CDU
- Anexo 6 - Voto de Pesar apresentado pelos membros da CDU
- Anexo 7 - Moção apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia

Anexo 8 - Moção apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia

Anexo 9 - Proposta apresentada pela Mesa da Assembleia

Anexo 10 - Projecto de Programa Preliminar